



**Relatório de Atividades 2007**  
Supremo Tribunal Federal



**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
EXERCÍCIO - 2007**

**COMPOSIÇÃO**

Ministra ELLEN GRACIE (Presidente)  
Ministro GILMAR MENDES (Vice-Presidente)  
Ministro CELSO DE MELLO  
Ministro MARCO AURÉLIO  
Ministro CEZAR PELUSO  
Ministro CARLOS BRITTO  
Ministro JOAQUIM BARBOSA  
Ministro EROS GRAU  
Ministro RICARDO LEWANDOWSKI  
Ministra CARMEN LÚCIA  
Ministro MENEZES DIREITO

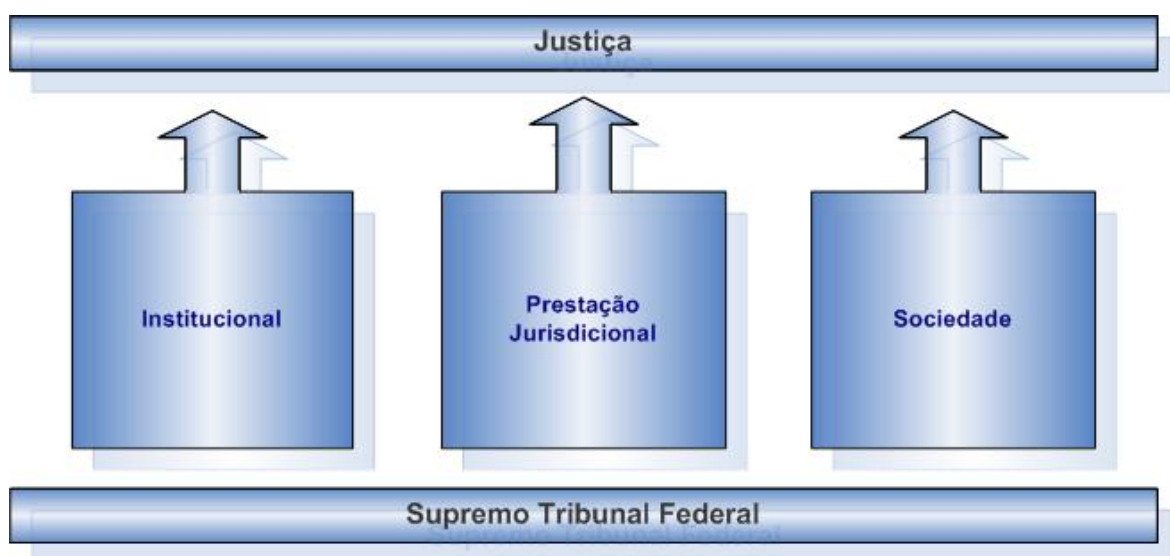
**Primeira Turma**

Ministro MARCO AURÉLIO (Presidente)  
Ministro CARLOS BRITTO  
Ministro RICARDO LEWANDOWSKI  
Ministra CARMEN LÚCIA  
Ministro MENEZES DIREITO

**Segunda Turma**

Ministro CELSO DE MELLO (Presidente)  
Ministro GILMAR MENDES  
Ministro CEZAR PELUSO  
Ministro JOAQUIM BARBOSA  
Ministro EROS GRAU

O presente relatório demonstra a atuação desta Corte em **três vertentes fundamentais** para possibilitar o efetivo acesso à Justiça e, assim, cumprir o seu papel no Estado Democrático de Direito – **prestação jurisdicional, institucional e sociedade**.



Com base nos dados apresentados, demonstra-se que o Supremo Tribunal Federal, por mais um ano, cumpriu com a sua missão constitucional, levando ao jurisdicionado um serviço de qualidade e desenvolvendo ações que se traduzem em reais benefícios à sociedade brasileira.

## INTRODUÇÃO

O presente relatório discorre resumidamente sobre as atividades desenvolvidas no Supremo Tribunal Federal em 2007.

Neste período, os reiterados esforços da administração aplicados para aprimorar a estrutura e a funcionalidade do Poder Judiciário produziram importantes reflexos no desempenho dos trabalhos da Corte.

As diversas realizações adiante detalhadas marcaram uma nova etapa de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, sobretudo a partir da promulgação das Leis nº 11.417 (súmula vinculante), nº 11.418 (repercussão geral) e nº Lei 11.419 (processo eletrônico), todas de 19 de dezembro de 2006, e da respectiva regulamentação no âmbito do Tribunal.

A súmula vinculante do STF, a arguição preliminar de repercussão geral e a tramitação eletrônica de processos, como novas ferramentas processuais implantadas pela alteração da legislação constitucional e infraconstitucional, incorporaram-se à realidade da prestação jurisdicional e a efetiva atuação desses instrumentos fundamentais autoriza a expectativa de que, daí por diante, seus resultados práticos venham a propiciar aos seus usuários real oportunidade de exercício da cidadania com a celeridade e eficiência que lhe são exigidas.

O ano também foi marcado pelos inúmeros eventos comemorativos do “Bicentenário da Justiça Independente”, que se iniciaram em 10 de maio de 2007 e serão encerrados em 10 de maio de 2008, quando se completam duzentos anos da expedição do alvará que elevou a “Relação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro” a “Casa de Suplicação do Brasil” – última instância judiciária, sem mais atuação da Casa de Suplicação de Lisboa.

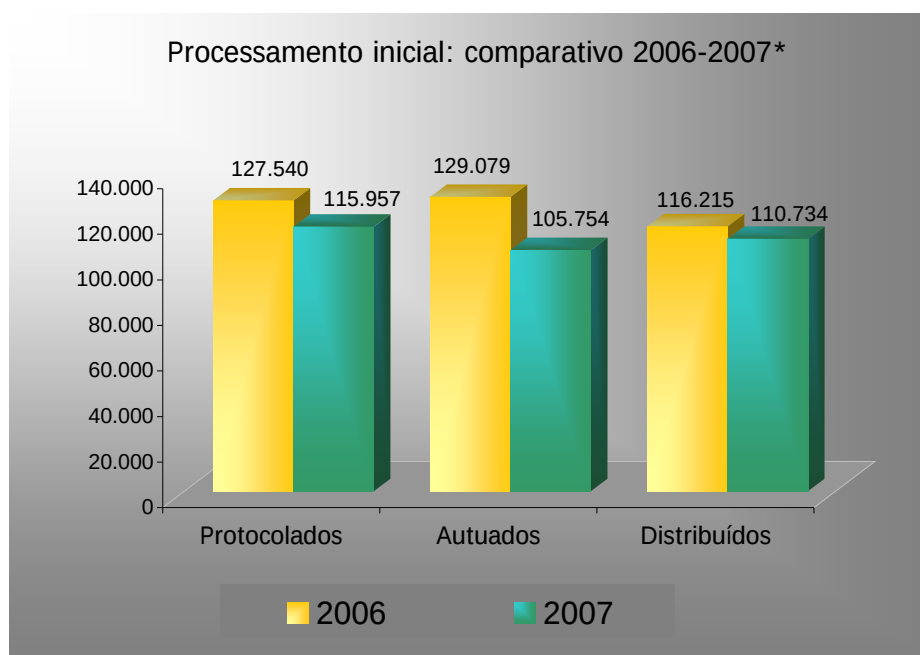
As atividades apresentadas neste relatório traduzem assim o empenho da Corte em ampliar o espaço de participação dos cidadãos nos trabalhos do Tribunal facilitando a defesa de seus interesses, assim como criar oportunidades de modernização e discussão a respeito do Poder Judiciário nacional, celebrando o passado por meio do resgate histórico de suas experiências e desenvolvendo uma reflexão prospectiva sobre o futuro da Justiça.

# 1 Prestação Jurisdicional

## 1.1. Prestação jurisdicional em números

### 1.1.1. Processamento Inicial

Apresenta-se, a seguir, gráfico do quantitativo de processos na atividade de processamento inicial nos anos de 2006 e 2007\*:



\* Período: 01 de janeiro de 2006 a 11 de dezembro de 2007.  
Fonte: Sistema Informatizado do STF

Os dados apurados indicam ligeira redução na entrada de processos, em relação ao ano de 2006 quando o STF trabalhava com elevado passivo de processos pendentes de autuação.

Com o estabelecimento do requisito de admissibilidade da arguição de repercussão geral para o julgamento dos recursos extraordinários, assim como a edição de súmulas vinculantes pela Corte, prevê-se a diminuição significativa do número de processos para os próximos anos.

De acordo com esse levantamento, entretanto, a diferença a menor ainda para o ano de 2007, entre o número de processos protocolados, autuados e distribuídos, pode ser explicada pelas hipóteses abaixo listadas:

A – Processos protocolados e não-autuados, em razão de:

- Remessa à Caixa Econômica Federal
- Remessa à União
- Remessas Indevidas

- Autos encaminhados para análise da Presidência
- RE-Eletrônico (arquivo inacessível e devolução por insuficiência de peças)
- Processos devolvidos pela Secretaria Judiciária, nos termos da Portaria GP 177/2007.

B – Processos distribuídos em número superior aos autuados, em razão de:

- Autorização de distribuição de parte dos processos autuados em 2004 e 2005, que se encontravam sobrestados na Secretaria Judiciária aguardando julgamento pelo STJ.
- Parte do estoque de processos autuados em dezembro de 2006 foi distribuído em janeiro de 2007.

Apresentam-se, abaixo, dados referentes ao número de processos distribuídos e registrados à Presidência em 2007\*:

| Classe Processual |                                          | 2007*                     |              |
|-------------------|------------------------------------------|---------------------------|--------------|
|                   |                                          | Registrados à Presidência | Distribuídos |
| AC                | Ação Cautelar                            | 3                         | 374          |
| ACO               | Ação Cível Originária                    | -                         | 129          |
| ADC               | Ação Declaratória de Constitucionalidade | -                         | 4            |
| ADI               | Ação Direta de Inconstitucionalidade     | 1                         | 156          |
| AO                | Ação Originária                          | -                         | 59           |
| AOE               | Ação Originária Especial                 | -                         | 3            |
| AP                | Ação Penal                               | -                         | 56           |
| AR                | Ação Rescisória                          | -                         | 81           |
| AI                | Agravo de Instrumento                    | 4.018                     | 55.817       |
| ADPF              | Arg. Descump. Preceito. Fund.            | -                         | 19           |
| Almp              | Arguição de Impedimento                  | 1                         | -            |
| AS                | Arguição de Suspeição                    | 6                         | -            |
| CC                | Conflito de Competência                  | -                         | 79           |
| EI                | Exceção de Incompetência                 | -                         | 1            |
| EL                | Exceção de Litispendência                | 1                         | 1            |
| ES                | Exceção de Suspeição                     | -                         | 1            |
| Ext               | Extradição                               | -                         | 38           |
| HC                | Habeas Corpus                            | -                         | 2.789        |
| HD                | Habeas Data                              | -                         | 2            |
| Inq               | Inquérito                                | -                         | 221          |
| IF                | Intervenção Federal                      | 38                        | -            |
| MI                | Mandado de Injunção                      | -                         | 28           |
| MS                | Mandado de Segurança                     | -                         | 617          |
| Pet               | Petição                                  | 13                        | 368          |

|                           |                                |              |                |
|---------------------------|--------------------------------|--------------|----------------|
| PPE                       | Prisão Prev. Para Extradicação | -            | 25             |
| RHC                       | Rec. Ord. Em Habeas Corpus     | -            | 101            |
| RMI                       | Rec. Ord. Em Mand. De Injunção | -            | 1              |
| RMS                       | Rec. Ord. Em Mand. De Segur.   | -            | 93             |
| Rcl                       | Reclamação                     | 13           | 829            |
| RE                        | Recurso Extraordinário         | 21           | 48.837         |
| RvC                       | Revisão Criminal               | -            | 5              |
| SS                        | Suspensão de Segurança         | 410          | -              |
| STA                       | Suspensão de Tutela Antecip.   | 86           | -              |
| SL                        | Suspensão Liminar              | 63           | -              |
| <b>Total De Processos</b> |                                | <b>4.674</b> | <b>110.734</b> |

\*Dados de 2007 atualizados até 11 de dezembro.  
Fonte: Sistema Informatizado do STF

### 1.1.2. Publicações

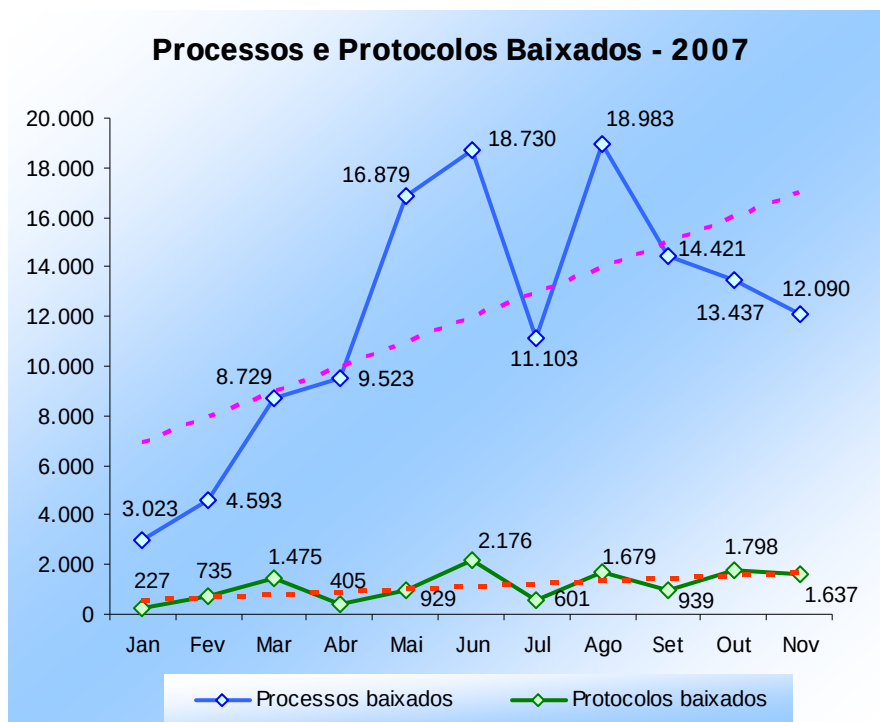
Foram publicados, até 11 de dezembro, **314.046** documentos, distribuições, petições avulsas, protocolos, julgamentos do plenário e das turmas, acórdãos e, principalmente, decisões monocráticas.

| <b>Atos</b>                                                                                                                                         | <b>Número de Publicações</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|
| <b>Presidência</b><br>Processos distribuídos e redistribuídos.                                                                                      | 109.892                      |
| <b>Plenário</b><br>Pautas e atas de julgamento.                                                                                                     | 8.791                        |
| <b>1ª Turma</b><br>Pautas e atas de julgamento.                                                                                                     | 6.802                        |
| <b>2ª Turma</b><br>Pautas e atas de julgamento.                                                                                                     | 8.718                        |
| <b>Acórdãos</b>                                                                                                                                     | 20.749                       |
| <b>Secretaria Judiciária</b><br>Despachos e decisões exarados pelos Srs. Ministros em processos e chamadas para preparo/impugnação.<br>Protocolos.* | 142.201<br>16.893            |
| <b>Total</b>                                                                                                                                        | <b>314.046</b>               |

Fonte: Secretaria Judiciária

\* Protocolo, aqui posto, é a designação dada aos Agravos de Instrumento recebidos no STF que são analisados pela Presidência antes da autuação, para verificar sua adequação quanto aos aspectos formais e tempestividade.

### 1.1.3. Baixa Processual



Dados atualizados até 30 de novembro de 2007.

Fonte: Sistema Informatizado do STF

| Atos Realizados            | Jan a Nov - 2007 | Média Jan-Nov 2007 |
|----------------------------|------------------|--------------------|
| <b>Protocolos baixados</b> | 12.601           | 1.146              |
| <b>Processos baixados</b>  | 131.511          | 11.955             |
| <b>TOTAL</b>               | <b>144.112</b>   |                    |

Fonte: Sistema Informatizado do STF e Secretaria Judiciária

A Seção de Baixa de Processos, no período de 2 de janeiro a 30 de novembro de 2007, baixou, portanto, 144.112 processos e protocolos.

Destaca-se, também, que foram baixados mais **2.851** processos e **534** protocolos, de 1º a 11 de dezembro de 2007.

### Fim do estoque de processos pendentes de autuação e conseqüências

Em 16 de janeiro, foi eliminado o estoque processual pendente de autuação. Fruto de trabalho de aproximadamente seis meses, o fim do estoque é resultado de um conjunto de medidas, dentre as quais podemos citar: constituição de força-tarefa, estabelecimento de metas, acompanhamento diário da produção e valorização de pessoal por resultados, com a designação para exercício de função comissionada. Foram também efetuadas melhorias nas condições de trabalho e realocação de espaços físicos. Vale mencionar, no início do trabalho havia cerca de 35.000 processos protocolados e pendentes de autuação.

Atualmente, os processos que ingressam no STF são protocolados no mesmo dia e autuados no dia seguinte, sem qualquer tendência à formação de estoque.

### **Processo Findo**

Por determinação da Ordem de Serviço 1-A, de 17 de maio de 2006, foi designado um grupo de servidores para promover estudos e propor medidas de ajustes à base de dados judiciais do STF.

A atividade consiste na verificação dos processos já finalizados que, em razão de andamentos processuais incompletos, constam no sistema informatizado como processos em tramitação.

Após análise, quando comprovado os que efetivamente não estão em tramitação, será atribuído o andamento PROCESSO FINDO e efetuar-se-á o acerto quanto aos deslocamentos físicos destes processos.

Até início de dezembro de 2007, foram corrigidos no sistema 70.606 processos.

Ressalta-se que esta análise continuará com objetivo de garantir maior credibilidade às estatísticas do Tribunal para prestação de informações.

#### **1.1.4. Movimentação processual**

A evolução da movimentação processual do STF pode ser verificada no quadro abaixo, que também apresenta a evolução da atividade jurisdicional nos últimos quatro anos:

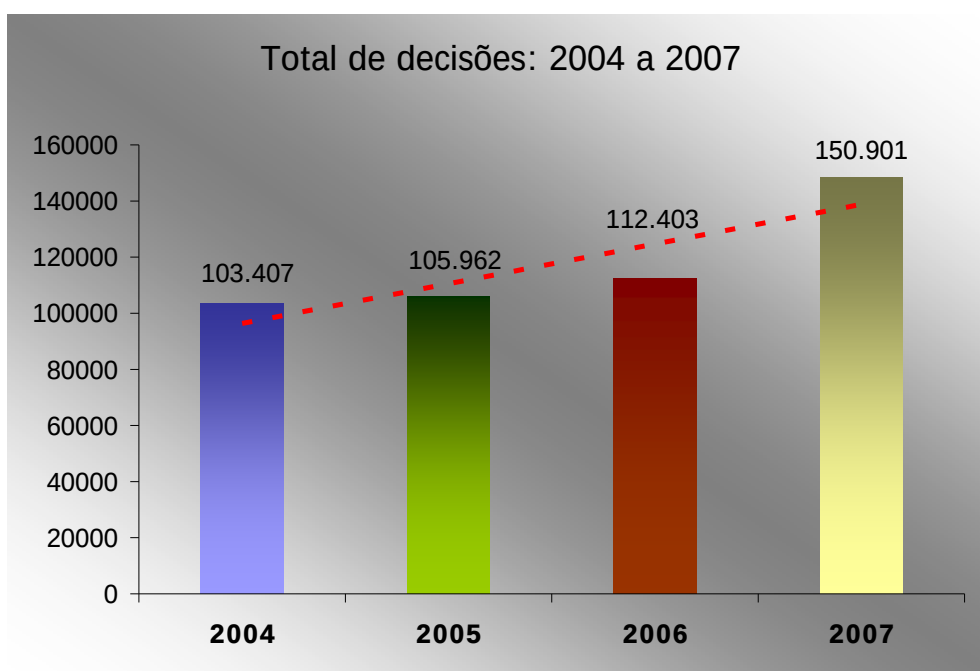
| <b>Valores Acumulados</b>                   | <b>2004</b> | <b>2005</b> | <b>2006</b> | <b>2007 *</b> |
|---------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|---------------|
| Processos protocolados                      | 83.660      | 95.213      | 127.534     | 115.957       |
| Processos distribuídos                      | 69.171      | 79.577      | 116.216     | 110.734       |
| Processos com decisão transitada em julgado | 85.545      | 83.177      | 72.483      | 103.716       |
| Homologação de Desistência                  | 4.537       | 386         | 1.729       | 641           |

| <b>Decisões</b> | <b>2004</b>    | <b>2005</b>    | <b>2006</b>    | <b>2007</b>    |
|-----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                 | <b>103.407</b> | <b>105.962</b> | <b>112.403</b> | <b>150.901</b> |
| Monocráticas    | 92.273         | 90.857         | 101.207        | 128.201        |
| Colegiadas      | 11.134         | 15.105         | 11.196         | 22.700*        |
| Em originários  | 7.805          | 8.428          | 8.918          | 9.784          |
| Em recursos     | 95.602         | 97.534         | 103.485        | 141.117        |

Dados atualizados até 11.12.2007. Fonte: Sistema Informatizado do STF – STI

\* Fonte: Secretaria das Sessões - SES

Como visto neste particular houve um incremento de aproximadamente 32% no número de decisões em relação ao ano de 2006, que pode ser explicada, entre outros fatores, pela gestão/racionalização das pautas de julgamento.



Dados atualizados até 11.12.2007.

Fonte: Sistema Informatizado do STF e Secretaria das Sessões

### **1.1.5. Plenário**

Em 2007, o Plenário julgou 8.020 processos, em 37 sessões ordinárias e 56 sessões extraordinárias.

### **1.1.6. Coordenadoria da Primeira Turma**

Foram realizadas 36 sessões ordinárias e 8 sessões extraordinárias, e julgados 6.487 processos.

### **1.1.7. Coordenadoria da Segunda Turma**

Foram realizadas 34 sessões ordinárias e julgados 8.193 processos.

## **1.2. Súmula Vinculante**

A Lei 11.417/2006 possibilitou ao Supremo Tribunal Federal editar enunciado de súmula com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

As súmulas vinculantes são resultantes, principalmente, de julgamentos de questões de massa, que individualmente proliferam nos fóruns, em repetidas ações. A consolidação desses precedentes ou de entendimento uniforme adotado pelo Tribunal em certos casos evita o surgimento de ações semelhantes e a multiplicação de processos para apreciação em todos os níveis de jurisdição.

Com a aplicação desse instrumento, espera-se uma deflação da demanda que atualmente sobrecarrega a Justiça Federal e as Varas de Fazenda Pública, e com esse espírito, então, alcançar mais célere desempenho nas demais questões atribuídas ao Tribunal.

Em 2007 foram editadas as **três primeiras súmulas vinculantes**, aprovadas na sessão plenária realizada em 30 de maio. Entraram em vigor em 6 de junho, com a publicação na versão impressa do Diário da Justiça:

#### **Súmula Vinculante 1**

*Ofende a garantia constitucional do ato jurídico perfeito a decisão que, sem ponderar as circunstâncias do caso concreto, desconsidera a validade e a eficácia de acordo constante de termo de adesão instituído pela Lei Complementar 110/2001.*

#### **Súmula Vinculante 2**

*É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.*

#### **Súmula Vinculante 3**

*Nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.*

### **1.3. Repercussão Geral**

A Repercussão Geral, como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, instituída pela Emenda Constitucional nº 45 de 2006 e disciplinada na Lei nº 11.418/2006, autorizou o Supremo Tribunal Federal a definir as questões constitucionais que, por revelarem interesse geral, devem ser recebidas pela Corte em recurso extraordinário. Esse filtro recursal deve levar em conta a relevância social, econômica, política ou jurídica da matéria a ser apreciada e por essa razão trata-se de um requisito de admissibilidade, de aferição rigorosa em preliminar formal.

Espera-se a redução do número de recursos em toda a Justiça e a maior disponibilidade da Corte para o exame de graves questões de repercussão nacional.

Para esse efeito, o Tribunal editou a Emenda Regimental nº 21, que regulamentou o processamento da preliminar de repercussão geral. Posteriormente, em julgamento Plenário realizado em 20 de junho, ficou definido que a fundamentação da repercussão geral seria exigida somente nos recursos extraordinários contra acórdãos publicados após 3 de maio de 2007, data de publicação da emenda regimental citada.

O controle da repercussão, no entanto, reparte-se, pois a efetividade do instrumento depende não apenas do STF, embora lhe seja exclusiva a competência para definir se há ou não repercussão geral, uma vez que cabe também aos Tribunais superiores e inferiores e Turmas Recursais de origem verificar a existência formal da preliminar de repercussão geral.

Por essa razão, em 6 de dezembro, o STF promoveu reunião conduzida pela presidente da Corte, ministra Ellen Gracie, com representantes dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais Superiores para detalhar os procedimentos a serem adotados para aplicação do regime jurídico da repercussão geral.

Dentro desse mesmo propósito, ainda, a Portaria 177/GP, de 26 de novembro de 2007, publicada no DJ de 3/12/2007, determinou que a Secretaria Judiciária proceda a devolução à origem dos processos múltiplos ainda não distribuídos, relativos a matérias submetidas à análise de repercussão geral pelo STF, bem como aqueles em que os ministros tenham determinado sobrestamento e/ou devolução com vistas a deliberação por essa forma. Já foram baixados 173 processos e 482 estão preparados para a baixa ainda neste ano.

Ficou de outra parte assentada a atribuição da Presidência do Tribunal para restituir de plano os processos que não contenham a preliminar formal de repercussão geral. Até 5 de dezembro, haviam sido publicados 831 protocolos com decisão da Presidência de não-conhecido, por essa razão.

O Portal do STF disponibiliza, no link “jurisprudência”, em seção específica, as decisões e informações relativas à repercussão geral. São exemplos :

**RE 556.385**

Ausência de Repercussão Geral: Mandado de Segurança. Redução de ofício da multa fixada pelo Juiz. Art. 461, § 6º, do Código de Processo Civil.

**RE 559.943**

Há repercussão geral: exigência de lei complementar para dispor sobre prescrição e decadência tributárias aplicáveis às contribuições sociais (art. 146, inc. III, da Constituição) para constituição do crédito tributário e da respectiva ação de cobrança.

**RE 561.908**

Há repercussão geral: controvérsia sobre a inconstitucionalidade, declarada na origem, da expressão “observado, quanto ao artigo 3º, o disposto no art. 106, inciso I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional”

**RE 565.138**

Ausência de Repercussão Geral: Código de Defesa do Consumidor. Danos materiais e morais. Recurso Extraordinário interposto pela Confederação Brasileira de Futebol - CBF.

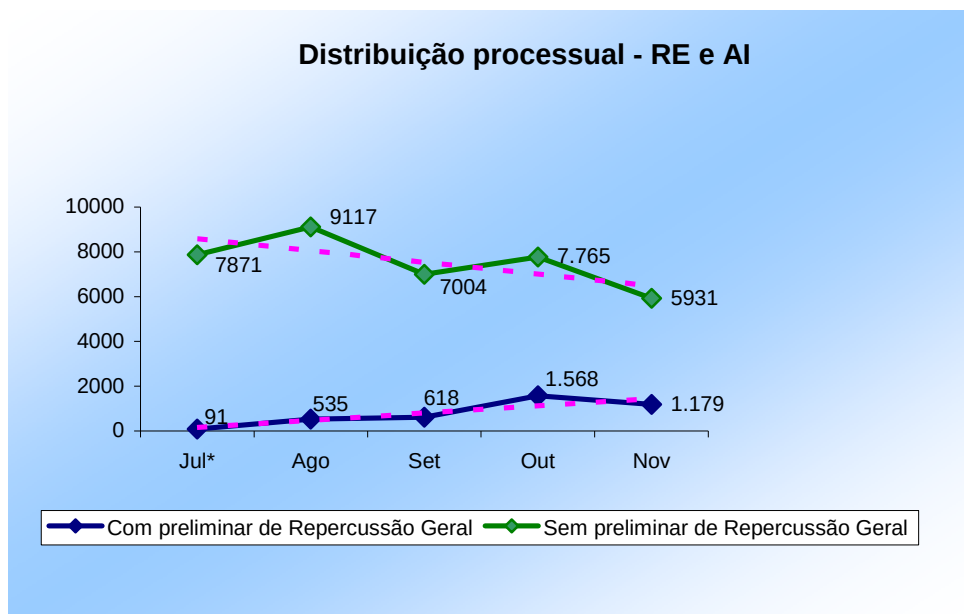
**1.3.1. Plenário virtual**

**RE 566.471**

Há repercussão geral: controvérsia sobre a obrigatoriedade de o Poder Público fornecer medicamento de alto custo.

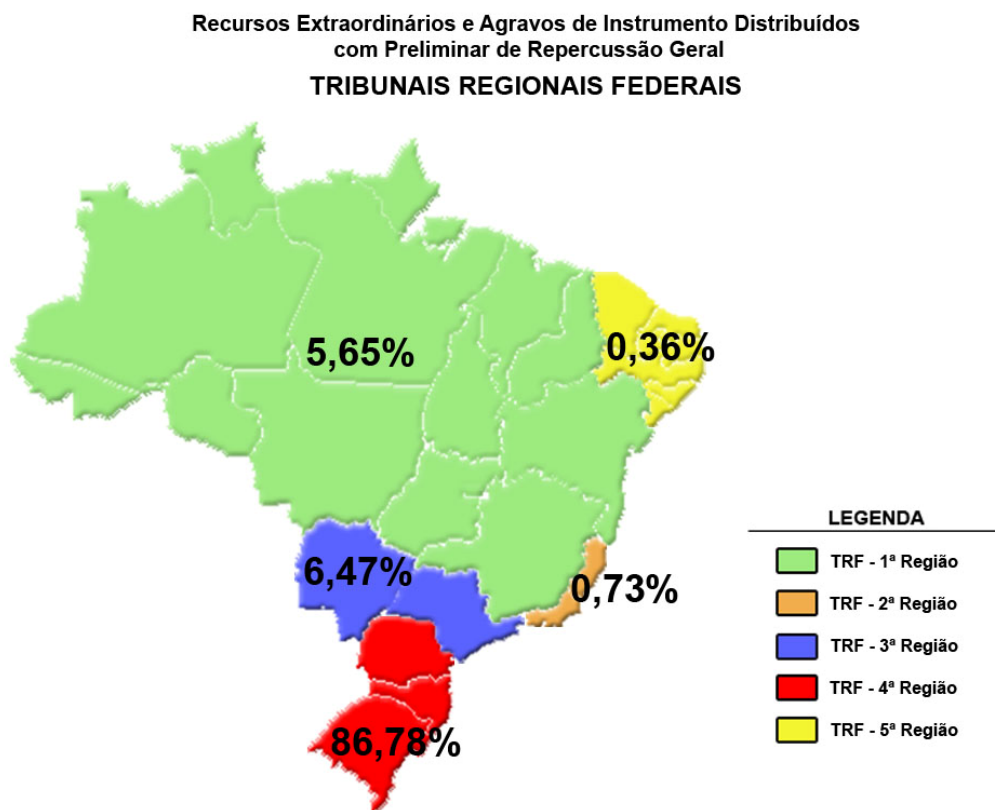
celeridade na análise das matérias.

### 1.3.2. Estatística de repercussão geral



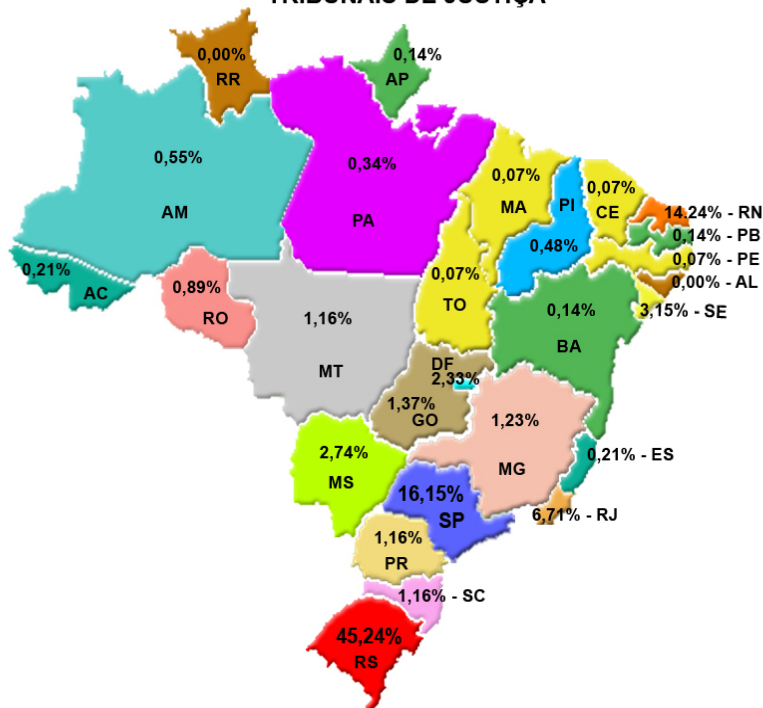
Dados atualizados até 30.11.2007.  
 Fonte: Sistema Informatizado do STF

De 1º a 11 de dezembro, foram distribuídos 1.947 REs e AIs, dentre os quais 455, com preliminar de repercussão geral.



Fonte: Sistema informatizado do STF

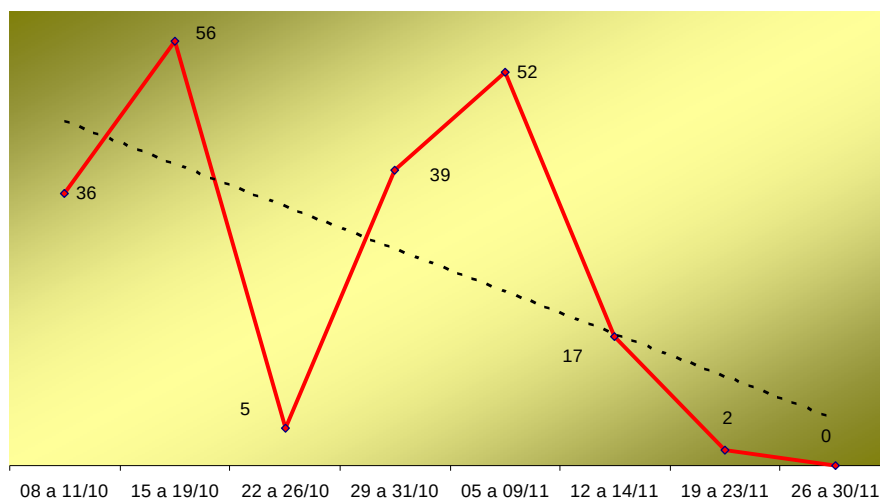
**Recursos Extraordinários e Agravos de Instrumento Distribuídos  
com Preliminar de Repercussão Geral  
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**



Fonte: Sistema informatizado do STF

### Efeito da Determinação de Sobrestamento

RE e AI sobre Telecomunicações - Serviço de Telefonia - Fatura - Discriminação de Pulsos.

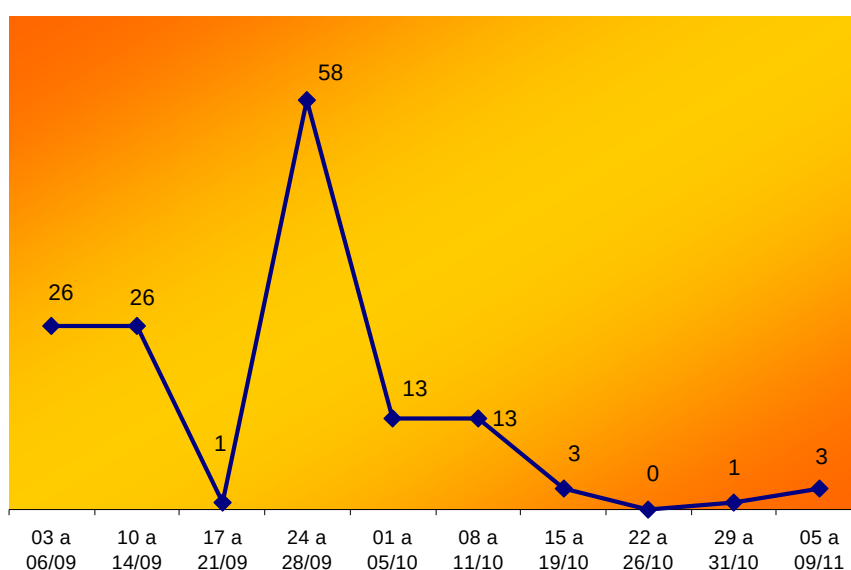


Dados atualizados até 30/11/2007 e extraídos pela Assessoria de Gestão Estratégica – STF  
Fonte: Sistema Informatizado do STF

A distribuição da matéria estava ascendente e, com a decisão determinando sobrestamento dos feitos na origem (RE 685.066, de 05/11/07), caiu a zero.

### 1.3.1.2. Efeito da Determinação de Sobrestamento

RE e AI sobre: Execução Fiscal-Crédito Tributário-Prescrição / Execução Fiscal-Contribuição Previdenciária / Prescrição Execução Fiscal-Cobrança de Dívida Ativa-Prescrição



Dados atualizados até 30/11/2007 e extraídos pela Assessoria de Gestão Estratégica – STF  
Fonte: Sistema Informatizado do STF

A distribuição da matéria caiu por força da decisão que determinou o sobrestamento na origem (RE 556.664, de 21/09/07).

## 1.4. RE-Eletrônico

Em 2007, o Supremo Tribunal Federal editou a Resolução nº 344, que regulamentou o uso do meio eletrônico de tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais (e-STF). A norma cuidou também de especificar procedimento para receber recursos extraordinários em formato digital.

Em fase experimental, o recebimento dos recursos foi limitado a processos cíveis e que não tramitassem em segredo de justiça, junto aos Tribunais que integram o projeto-piloto: Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais de Justiça dos Estados de Sergipe e Espírito Santo e Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Com a tramitação automatizada, espera-se a diminuição do tempo neutro do processo – de mera rotina burocrática – e assim incrementar a necessária celeridade processual. De outro lado, a digitalização do processo também evita o acúmulo de papéis e possibilita economizar espaço e recursos públicos.

O lançamento oficial do processo eletrônico ocorreu em 20 de junho, com a distribuição de 22 recursos, sendo 21 advindos do TRF da 1ª Região e 1 do TJSE. Em menos de 24 horas após o lançamento do sistema e-STF, o primeiro recurso extraordinário eletrônico (RE nº 551476) foi julgado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Sepúlveda Pertence.

Em 26 de setembro, foi distribuído ao Excelentíssimo Senhor Ministro Carlos Ayres Britto o primeiro Recurso Extraordinário integralmente eletrônico, ou seja, digitalizado desde a origem (Turma Recursal do Juizado Especial Federal do DF), e sua tramitação se deu, inteiramente, em ambiente virtual, sem utilização de papel. O RE nº 564821 foi julgado em 17 de outubro e baixou à origem em 6 de dezembro.

O trâmite do RE - eletrônico, ainda está em fase de ajustamento pela Secretaria de Tecnologia da Informação do STF e pelo Conselho Nacional de Justiça, mas já neste ano de 2007 revelou-se importante marco de inovações tecnológicas que inserem o Tribunal numa nova fase de dinamismo, condizente ao que se espera do judiciário brasileiro do futuro.

### 1.4.1. Dados estatísticos RE-Eletrônico

Até 10 de dezembro, entraram **632 RE-eletrônicos** no Tribunal.

Dos 632 processos:

- ❖ 188 (29,75%) foram devolvidos por insuficiência de peças ou arquivo inacessível;
- ❖ 135 (21,36%) foram sobrestados até decisão do STJ;
- ❖ 291 (46%) em tramitação;
- ❖ 18 (2,85%) foram baixados.

## **1.5. Modernização na prestação jurisdicional**

O ano de 2007 também foi marcado por inovações em tecnologia da informação no Supremo Tribunal Federal, com fundamento na Lei nº 11.419/2006, que introduziu novo paradigma de modernização da Justiça pela virtualização completa do processo judicial.

Além de desenvolver o e-STF – o referido sistema ainda permite a tramitação digital de processos –, o Tribunal ampliou a informatização com o estabelecimento do Diário da Justiça eletrônico, a certificação digital de processos, a Biblioteca Digital e a instalação do Centro de Processamento de Dados em uma sala-cofre.

### **1.5.1. Diário de Justiça Eletrônico**

O Tribunal aprovou a criação do Diário da Justiça Eletrônico com vigência a partir de 23 de abril de 2007 e a conseqüente edição de norma sobre o assunto.

O DJ eletrônico aumenta a agilidade na divulgação oficial dos atos do Tribunal e também facilita o acesso à informação, haja vista a possibilidade de acesso direto ao andamento processual.

A edição que inaugurou o DJ Eletrônico reuniu cerca de mil decisões dos ministros do STF e atendeu aos dispositivos da Lei nº 11.419/2006, que institui o processo virtual. Dessa forma, alcançou-se mais agilidade na divulgação oficial dos atos do Tribunal.

A Resolução nº 341, que instituiu o DJ Eletrônico, definiu que nada obstante a publicação eletrônica dos atos seria mantida também a versão impressa do DJ, editada pela Imprensa Nacional, até 31 de dezembro de 2007. Depois dessa data, deverá prevalecer apenas a versão eletrônica.

### **1.5.2. Certificação digital**

A certificação digital permite que os ministros assinem, por meio eletrônico, acórdãos e decisões, e diminui o tempo e o ônus de tramitação de processos na Corte.

### **1.5.3. Peticionamento Eletrônico com Certificação Digital**

O peticionamento eletrônico com certificação digital foi instituído pela Resolução nº 350, de 29 de novembro de 2007, para a prática de atos processuais nos autos que tramitam, por meio físico ou eletrônico, no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Trata-se de serviço de uso facultativo, disponível no Portal do STF, diariamente, das seis às vinte e quatro horas. A petição deve ser enviada com todos os documentos, pois fica dispensada a apresentação de originais ou fotocópias autenticadas.

No sistema, o usuário atesta a integridade dos documentos gravados na base de dados e obtém o comprovante de protocolo.

Com a inovação, o processamento imediato dos dados conduz a uma maior celeridade e gera benefícios aos seus usuários.

O serviço foi inaugurado, em cerimônia no Salão Branco, em 13 de dezembro, pelo Procurador-Geral da República, com o ingresso de petição inicial de ADI, que distribuída ao Excelentíssimo Senhor Ministro Eros Grau, recebeu o nº 3996. É igualmente utilizado pelos advogados, sendo que existem negociações com o Conselho Federal da OAB para disciplinar o assunto.

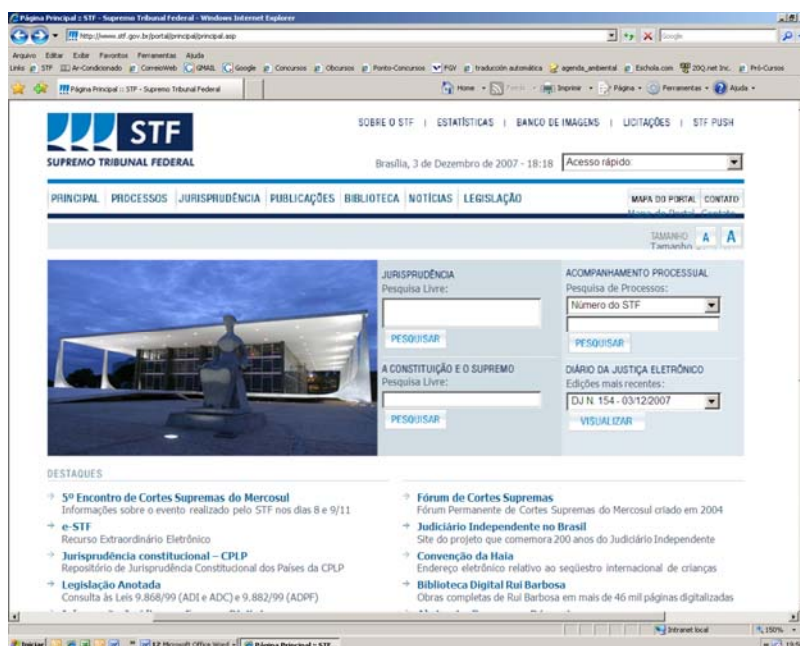
#### 1.5.4. Biblioteca Digital

Em 14 de fevereiro, foi lançada oficialmente a Biblioteca Digital do STF. O acervo apresenta obras de Rui Barbosa, resultado de parceria entre a Corte e a Fundação Casa de Rui Barbosa. Além de textos literários, o conteúdo digital reúne documentos históricos pertencentes ao acervo dessa instituição, tais como julgamentos históricos nos quais o ilustre advogado atuou. Pode-se visualizar o inteiro teor de acórdãos e até mesmo cópias virtuais de documentos originais. Foram digitalizadas cerca de 46 mil páginas de texto produzidas por Rui Barbosa.

#### 1.5.5. Novo portal do STF

Em 18 de setembro, o Supremo Tribunal Federal comemorou os 179 anos da sanção da lei que o criou, com o lançamento de seu novo portal e da página eletrônica da Rádio Justiça, em solenidade no Salão Branco.

O novo portal congrega vários sites, que reúnem os 105 serviços disponibilizados *on-line* pelo Tribunal. Entre as funcionalidades, conta-se com uma ferramenta, chamada “acesso rápido”, que permite ao usuário configurar na página de entrada do portal os serviços que utiliza com mais frequência, criando, desta forma, sua “página personalizada”.



O endereço eletrônico também colocou a disposição dos gabinetes e outras seções do STF uma ferramenta que permite extrair dados estatísticos por meio do cruzamento de informações de diversas bases de dados da Corte. Os usuários podem, a qualquer momento, acessar informações estratégicas para o gerenciamento do trabalho que realizam.

Um destaque do portal é a farta jurisprudência disponível *on-line*, a exemplo da Constituição Federal comentada com *link* para as decisões mencionadas.

#### **1.5.6. Ata de Distribuição em versão eletrônica**

Em março, o STF colocou à disposição do público a Ata de Distribuição eletrônica, acessada na página eletrônica do Tribunal. O sistema proporciona transparência e é um facilitador para operadores do direito, especialmente os advogados que atuam no STF.

O serviço tem informação, em tempo real e *on-line*, sem custos adicionais com a compra do Diário da Justiça em formato papel, impresso após quatro dias da efetiva distribuição dos processos. Com o novo serviço, não só advogados, mas qualquer pessoa que tenha acesso à internet poderá conferir as distribuições processuais diárias na Suprema Corte brasileira.

#### **1.5.7. Destaques**

Em 9 de fevereiro, o Plenário do Tribunal julgou 4.845 Recursos Extraordinários em conjunto, sobre o tema “pensão por morte”. Foi dado provimento a todos, por unanimidade. Consistiu em fato inédito na Corte. A decisão seguiu o julgamento realizado no dia anterior, quando, por maioria, se conheceu e foi dado provimento aos Recursos Extraordinários 416.827 e 415.454, interpostos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Após esse julgamento, foram julgados monocraticamente 14.255 processos sobre “pensão por morte”.

Em 28 de fevereiro, foi julgado pelo Plenário o RE 453.740, precedente sobre o assunto “juros de mora”, o que alavancou o julgamento de 4.380 processos referentes ao tema.

Em 28 de março, o pleno julgou o RE 389.383, sobre “depósito prévio”, que também possibilitou dar vazão a 1.091 processos.

O julgamento em bloco se tornou possível após a alteração instituída pelo artigo 131 do Regimento Interno do STF. A emenda altera o tempo de sustentação oral, de 15 minutos para as causas normais, para 30 minutos nos casos de recursos idênticos ou causas conjuntas. Esse tempo será compartilhado entre os advogados presentes interessados na causa.

A análise conjunta de causas significa agilidade na tramitação, uma vez que decisões monocráticas podem gerar mais recursos, levados ao plenário ou às turmas para novos julgamentos, multiplicando as etapas processuais. Trata-se de uma resposta rápida para os cidadãos, além de economia de tempo e de despesa para o tribunal, o que também se reverte em benefício aos jurisdicionados, ao permitir que a Corte se ocupe de outros processos.

## 2 Institucional

### 2.1. Movimentações na Corte



O ministro Sepúlveda Pertence aposentou-se em 17 de agosto. Nascido em 21 de novembro de 1937, em Sabará (MG), José Paulo Sepúlveda Pertence ingressou no Supremo Tribunal Federal em 1989. Sua biografia foi sempre pautada na luta pelo estado democrático de direito.

Em sua vaga, tomou posse o ministro Menezes Direito. Nascido em 8 de setembro de 1942, em Belém (PA), o ministro formou-se bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, em 1965, alcançando o título de doutorado em 1968. Atuou como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) por onze anos, depois de passar pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, como desembargador, entre 1988 e 1996.



### 2.2. Melhorias Administrativas

#### 2.2.1. Gestão da Qualidade em Gabinete de Ministro

Em 8 de março, o Supremo Tribunal Federal assinou acordo com a Fundação Arcadas – instituição ligada à Universidade de São Paulo (USP) –, para desenvolver estudos com o objetivo de melhorar a rotina de trabalho nos gabinetes dos ministros e buscar o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. A proposta foi a de desenvolver um modelo de gestão, que teve por projeto-piloto o gabinete do ministro Ricardo Lewandowski.

O convênio demonstra o esforço do STF em melhorar e acelerar a prestação jurisdicional, especialmente nas atividades desenvolvidas nos gabinetes de ministros do Tribunal.

Os recursos para a aplicação do trabalho foram trazidos pela universidade e o projeto foi uma cortesia da instituição, sem nenhum custo para o STF.

Foram realizadas entrevistas com os servidores do gabinete, levantamento da infra-estrutura e mapeamento dos processos de trabalho. Com base nas informações, foram estabelecidas as melhores práticas para a realização das atividades do Gabinete.

Em seguida, foram implantados os requisitos para a adoção de “sistema de gestão da qualidade”, baseado na norma de referência ISO 9001:2000, com vistas

à certificação. Em auditoria externa realizada em novembro pela Fundação Vanzolini - credenciada pela IQNET, certificadora internacional junto ao Inmetro – a meta foi alcançada e o certificado foi concedido ao Gabinete.

#### **2.2.2. CPD em Sala-Cofre**

O Centro de Processamento de Dados (CPD) do Supremo Tribunal Federal passou a funcionar isolado dentro de uma sala-cofre, que possui os mais avançados recursos para preservar a integridade física das máquinas. O espaço, com 43 metros quadrados, abriga todos os equipamentos que armazenam os dados do Tribunal e do Conselho Nacional de Justiça.

Nesse espaço, em que se protege a memória do STF, estão o computador principal, todos os servidores da rede e uma fitoteca robotizada, que guarda o acervo produzido pela TV Justiça, com mais de 4.600 horas de gravação, e pela Rádio Justiça. Lá também se localiza o relógio atômico, que é a referência na marcação de tempo para toda Justiça do país, garantindo a contagem de prazos de forma igual para todos.

#### **2.2.3. Agenda de ministros na internet**

Em 2 de maio, foi lançado na página eletrônica do Supremo Tribunal Federal o link “Agenda dos Ministros”. O novo serviço foi sugerido pelo ministro Cezar Peluso que, em sessão administrativa realizada em abril, propôs a publicação eletrônica da agenda de todos os ministros da Corte.

Nos moldes da agenda da Ministra-Presidente, que é publicada na página eletrônica do Tribunal, o novo *link* traz informações tais como: as audiências marcadas pelos integrantes do STF, os interlocutores que serão recebidos e o assunto a ser tratado no encontro. A iniciativa foi aprovada por unanimidade e o seu uso se tornou facultativo pelos ministros.

#### **2.2.4. Documentos sigilosos**

Foram regulamentados os procedimentos a serem adotados para classificação, acesso, manuseio, reprodução, transporte e guarda de documentos e processos de natureza sigilosa, por meio da Resolução nº 338/07, publicada em 13 de abril.

De acordo com a norma, os documentos e processos serão considerados sigilosos quando o conhecimento ilimitado de seu conteúdo ou a sua divulgação possam ocasionar risco à segurança da sociedade e do Estado, ou, nos casos em que for necessário proteger a intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas referidas no documento ou processo.

### **2.2.5. Novo cadastro eletrônico e registro fotográfico de visitantes**



Foi desenvolvido novo sistema de cadastro eletrônico, disponível desde o início de dezembro, que incluem a foto de visitantes, feita por uma *webcam*. Equipes da área de tecnologia da informação e de segurança trabalharam em conjunto nesse projeto, que possibilita maior agilidade no cadastramento e aumenta a segurança no acesso ao Tribunal.

### **2.2.6. Tabela de Temporalidade de Documentos**

Em 26 de novembro, foi instituído o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos do Supremo Tribunal Federal, pela Resolução nº 349/2007.

O Código de Classificação pode ser entendido como um instrumento auxiliar de trabalho que tem como função precípua agrupar os documentos com características semelhantes, de forma que a recuperação da informação seja a mais precisa e breve possível. Ele também procura refletir as funções e as atividades desenvolvidas pela instituição ao longo do tempo.

## **2.3. Equipamentos e Instalações**

### **2.3.1. Reforma do Anexo I**

Em 2007, o Supremo Tribunal Federal iniciou a reforma de um de seus prédios, o Anexo I. O edifício, construído em 1972, apresentava diversas necessidades de melhoria, sobretudo na área de prevenção de incêndio e de segurança. Os principais itens de reforma são as instalações elétricas, hidráulicas, de combate a incêndio e a estrutura de ar condicionado. Importa mencionar, na época da construção do prédio não havia a previsão para instalação de computadores e de ar condicionado.

O valor estimado para a obra é de R\$ 14 milhões, condizente ao valor de mercado, em razão da estrutura e da extensão de 14 mil metros quadrados. A obra será concluída em 2008.

### **2.3.2. Protocolo – melhoria no local de atendimento**

Em abril, o Protocolo de Petições, que funcionava em frente à faixa de pedestres próxima ao acesso do Anexo II-A, passou a atender ao lado da entrada principal do mesmo prédio, na Praça do Servidor.

A mudança foi ocasionada pela transferência do Protocolo de Processos para o local em que antes funcionava o Protocolo de Petições.

No Protocolo de Processos chegam diariamente grande quantidade de Agravos de Instrumentos e Recursos Extraordinários dos tribunais superiores, ou, ainda, trazidos pelos Correios. Com a medida, os carros que transportam as centenas de processos passaram a ter acesso facilitado pela proximidade à portaria.

### **2.3.3. Relógio atômico do STF**

Foi instalado, em 26 de junho, o relógio atômico do STF, considerado como “carimbo de tempo” para os recursos eletrônicos. Ele se tornou o marcador de tempo para toda a justiça do País.

O relógio também é aproveitado pelo Sistema Financeiro Nacional que o utiliza para ações de seus participantes, tais como o Banco Central, todas as instituições financeiras que operam no Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, as bolsas de valores, de mercadorias e futuros, seguradoras, entidades de previdência complementar, fundos de pensão, dentre outros.

Os órgãos públicos de Brasília se orientavam pelo relógio atômico do Rio de Janeiro e de São Paulo. Hoje, esses órgãos contam com esse equipamento em Brasília que está no Centro de Processamento de Dados (CPD) do STF.

O local foi escolhido pelo Observatório Nacional por ser um ambiente seguro, inaugurado recentemente, e que abriga todos os dados do Tribunal e do Conselho Nacional de Justiça. Nomeado como sala-cofre, o espaço possui os mais avançados recursos para preservar a integridade física das máquinas. As paredes são resistentes a tiros, inundações e incêndios.

### **2.3.4. Poço artesiano**

Foi instalado poço artesiano na área externa ao Edifício Anexo II, com outorga do órgão de controle ambiental do DF. Com a medida, passou-se a utilizar a água de subsolo no sistema de irrigação dos jardins que circundam o complexo do STF, de modo a reduzir o consumo de água tratada, e conseqüentemente, diminuir custos.

## **2.4. Relações Institucionais**

### **2.4.1 1º Seminário de Gestão da Informação Jurídica em Espaços Digitais**

No período de 12 a 14 de fevereiro, o Supremo Tribunal Federal promoveu o 1º Seminário de Gestão da Informação Jurídica em Espaços Digitais,

organizado pela Secretaria de Documentação e a Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal.

O evento ocorreu na Sala de Sessões Plenárias do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e teve a participação de palestrantes estrangeiros e representantes de universidades e instituições públicas brasileiras. Foi transmitido ao vivo pela internet.

O Seminário abordou os principais enfoques de uma biblioteca digital e ampliou o conhecimento tecnológico para melhorar a oferta de produtos e serviços de informações jurídicas baseados em padrões internacionais. Buscou-se estimular a cooperação, o acesso, a interoperabilidade e o desenvolvimento das melhores práticas na gestão de espaços digitais.

#### **2.4.2 Grupo de Haia**

A Conferência da Haia de Direito Internacional Privado é uma organização intergovernamental que busca a progressiva unificação das regras de Direito Internacional Privado, por meio da negociação e elaboração de tratados multilaterais e convenções. A Conferência realizou seu primeiro encontro em 27 de setembro de 1893 e em 1955 transformou-se em uma organização permanente.

Para a primeira sessão apenas se encontravam representados 13 (treze) Estados-membros. Hoje fazem parte do organismo 68 (sessenta e oito) Estados, além da Comunidade Européia, como organização econômica regional. Desde 1950 já foram negociadas 36 (trinta e seis) Convenções internacionais, ratificadas por mais de 125 (cento e vinte e cinco) países em torno do mundo.

#### **2.4.3 Seqüestro Internacional de Crianças**

Em 6 março, foi realizada reunião da Presidência com os participantes do Grupo Permanente de Estudos da Convenção sobre Aspectos Cíveis do Seqüestro Internacional de Crianças. Foram definidas questões como a necessidade de se estabelecer uma base de dados sobre o tema.

Assim, em 21 de agosto, foi inaugurado no portal do STF, na internet, a página eletrônica da Convenção da Haia sobre Seqüestro Internacional de Crianças. Participaram da solenidade os integrantes do Grupo Permanente de Estudos da Convenção sobre Aspectos Cíveis do Seqüestro Internacional de Crianças, integrado por representantes do Judiciário, do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da Advocacia Geral da União (AGU).

O sítio contém *links* com acesso a jurisprudência de outros países e informações de como proceder, no Brasil, para fazer um pedido de repatriação. Há também informações para situações em que um brasileiro, que tenha filho eventualmente deslocado para outro país, deve proceder para obter o regresso dessa criança.

Com a inauguração do endereço eletrônico, o grupo brasileiro realiza um compromisso assumido internacionalmente no sentido da disseminação e democratização das informações sobre o tema.

#### 2.4.4 21ª Sessão da Conferência

A 21ª Sessão da Conferência, de natureza diplomática, ocorrida em novembro de 2007, destinou-se à aprovação da nova Convenção da Haia sobre **Cobrança Internacional de Alimentos e outras formas de manutenção da família, além do Protocolo Adicional sobre a Lei Aplicável às obrigações alimentares**.

A decisão de elaborar-se uma nova Convenção de Alimentos foi tomada durante a 19ª Sessão da Conferência, realizada em 22 de junho de 2001. Conforme constou da ata dos trabalhos, decidiu-se incluir na agenda a preparação de uma nova Convenção de Alimentos “com base nas convenções da Haia já existentes sobre o assunto, mas que incluía regras relativas à cooperação judicial e administrativa”.

#### 2.4.5 Trabalhos preparatórios

As reuniões para a nova Convenção de Alimentos se iniciaram em 2003. Entretanto, o Brasil somente começou a participar da discussão sobre a nova Convenção em 2004, quando enviou Delegação para participar da 2ª Reunião da Comissão Especial, ocorrida em junho daquele ano. Após essa reunião ocorreram mais três, no total de cinco reuniões, tendo o Brasil enviado Delegações a todas elas.

Para a 5ª reunião, realizada entre 8 e 16 de maio de 2007, a Delegação brasileira foi composta por várias autoridades, devendo-se registrar que pela **primeira vez o Poder Judiciário brasileiro foi convidado a enviar representante** para o acompanhamento dos trabalhos de elaboração da nova Convenção de Alimentos.

Em prosseguimento aos trabalhos iniciados pela Delegação Brasileira na 5ª Reunião, foram realizadas duas reuniões de coordenação com seus membros, no Ministério das Relações Exteriores do Brasil – MRE e uma reunião com membros do Mercosul:

Estavam presentes à 21ª Sessão Diplomática delegações de quase uma centena de países, Comunidade Européia e do Parlamento Europeu, além de vários observadores internacionais e Organizações não Governamentais, como o Secretariado do Reino Unido, Associação Internacional de Direito de Família, Associação Internacional de Mulheres Juízas, Associação Internacional dos Advogados, Associação Internacional de Defesa das Crianças, Serviço Social Internacional e outros.

#### 2.4.6 1º Congresso de Serviços de Saúde do Poder Judiciário

O STF participou da organização do 1º Congresso de Serviços de Saúde do Poder Judiciário, realizado no período de 8 a 11 de maio de 2007, com o tema “*Promoção de Saúde: Uma abordagem interdisciplinar*”.

Servidores da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde se destacaram no evento, com a apresentação de 5 trabalhos e atuação em 4 atividades científicas.

## **2.5. Pessoal**

### **2.5.1. Criação de cargos efetivos**

O Projeto de Lei nº 7.507/2006, que cria 185 cargos de Analista Judiciário e 77 de Técnico Judiciário no Quadro de Pessoal da Secretaria do STF, foi convertido na Lei nº 11.617 em 19 de dezembro de 2007.

### **2.5.2. 9º STF-Mix**

Aconteceu de 19 a 26 de outubro o 9º STF-Mix com o tema “A magia do seu Talento”. Nesse período ocorreram diversas atividades, tais como: shows musicais e de mágicas, peças teatrais, saraus, exposição, oficinas e outras. Também foi realizado, em parceria com a Agenda Ambiental STF, o plantio de 1.000 mudas de árvores típicas do cerrado no Parque da Cidade.

### **2.5.3. Banco de Talentos**

Foi implantado o Banco de Talentos, sistema informatizado que congrega informações relativas às competências profissionais dos servidores do STF. Visa aprimorar procedimentos de gestão do capital intelectual do Tribunal e de alocação de pessoal.

### **2.5.4. Banco de Oportunidades**

Implantado o Banco de Oportunidades, criado para conhecer o interesse de servidores motivados por novos desafios. O objetivo desse cadastramento é conciliar as eventuais necessidades das unidades do STF ao interesse dos servidores.

### **2.5.5. Eventos de Capacitação 2007**

Os treinamentos realizados em 2007 objetivaram o desenvolvimento dos servidores para aprimorar o desempenho de suas atribuições. Foram disponibilizados cursos em diversos horários para possibilitar a participação do maior número de servidores. No total, foram 107 eventos, sendo 22 internos e 85 externos. Foram treinados 454 servidores.

### **2.5.6. Programa de Acompanhamento Funcional**

Iniciado em abril, o programa tem como objetivo fornecer suporte e acompanhamento nos casos de inadaptação de servidor em sua unidade de lotação, necessidade de orientação às chefias, prevenção de inadequações em processos de avaliação de desempenho, entre outras. Com o programa, busca-se favorecer lotações duradouras, atentar para a qualidade de vida do servidor, e proporcionar incrementos gerenciais para processos adequados e justos de gestão de desempenho de servidores.

#### **2.5.7. Adicional de Qualificação**

Em 5 de fevereiro, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de regulamentação da Lei nº 11.416, de 15/12/2006, nos termos do conjunto de normas apresentado pela Senhora Presidente, que foi resultado de trabalho desenvolvido por Comissão Interdisciplinar formada por servidores do STF, dos Tribunais Superiores e do TJDF.

Foi regulamentado por meio da IN 51, de 13 de junho de 2007, o Adicional de Qualificação – AQ (Lei 11.416), que se destina aos servidores do Quadro de Pessoal, ocupantes de cargo efetivo, em razão de conhecimentos adquiridos em ações de treinamento e cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, em áreas de interesse do Supremo Tribunal Federal.

Em 2007, 193 servidores receberam AQ por pós-graduação, sendo 16 com mestrado e 177 com especialização. Quanto ao AQ por ações de treinamento, 416 servidores foram beneficiados.

#### **2.5.8. Campanha de vacinação de servidores**

Em 8 de maio, a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde iniciou a campanha de vacinação de 2007 contra o vírus da gripe. A campanha com o título de “Gripe – Uma preocupação mundial” é realizada no STF desde 1999, ano em que o Ministério da Saúde realizou, pela primeira vez, a campanha de vacinação de idosos. Foram realizadas 603 vacinações.

Uma pesquisa realizada pelo Tribunal mostra que a eficácia da vacina tem crescido a cada campanha realizada. Em 1999, por exemplo, o registro era de 66% de eficácia (pessoas vacinadas que não tiveram gripe durante o ano). Ao longo dos anos, esse índice passou para 72%, 78% e, no ano passado, atingiu o máximo de 92%.

#### **2.5.9. Honra ao mérito de servidores do STF**

Em 29 de outubro, no Salão Branco do Supremo Tribunal Federal, foram homenageados os servidores do Tribunal que se destacaram pela dedicação ao trabalho e pelo relacionamento com a equipe no biênio 2005/2007. Na ocasião, 34 servidores, eleitos pelos próprios colegas, receberam a medalha “Mérito do Servidor do STF”.

## **3 Sociedade**

### **3.1. Celebrações do Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil**

Em 10 de maio, no início da sessão Plenária da Corte, a Presidente lançou oficialmente as celebrações do Bicentenário do Judiciário Independente do Brasil e anunciou diversas iniciativas para divulgar aos cidadãos a história, a importância, o desenvolvimento e a atuação do Poder Judiciário. O calendário de eventos e ações comemorativas se encerrará em 10 de maio de 2008, quando se completam duzentos anos da expedição do alvará que elevou a “Relação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro” a “Casa de Suplicação do Brasil” – última instância judiciária, sem mais atuação da Casa de Suplicação de Lisboa.

#### **3.1.1. Eventos de destaques às celebrações do Bicentenário Exposição “As Constituições Brasileiras”**

O Supremo Tribunal Federal, enquanto Corte Constitucional e depositário de todas as Constituições, promoveu a exposição "As Constituições Brasileiras" em comemoração ao Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil.

A abertura ocorreu em 23 de maio e teve a presença do Presidente e do Vice-Presidente da República, do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados, entre outras autoridades.

Foram expostas sete Constituições brasileiras, divididas entre as sedes dos Três Poderes: as Cartas de 1824 e 1891, no Edifício Sede do STF; as de 1934, 1937 e 1967, no Palácio do Planalto; e as Constituições de 1946 e 1988, no Congresso Nacional. Além das Cartas Magnas do Brasil, a mostra incluiu acessórios, móveis, quadros e documentos que contextualizam as constituições de acordo com a época em que foram concebidas.

A exposição demonstrou, de forma didática, a presença da carta magna na vida dos cidadãos, na vida política da nação e o seu significado para a evolução histórica do Brasil. Desse modo, a mostra aproximou e ampliou o conhecimento da sociedade em relação ao Poder Judiciário.

#### **Colóquio Internacional de Direito e Economia**

Em 23 de maio, o Supremo Tribunal Federal sediou a primeira edição do Colóquio Internacional de Direito e Economia, que promoveu diálogo enriquecedor entre o poder judiciário e os membros da academia sobre a análise econômica do direito. O diálogo entre juristas e economistas é considerado fundamental para promover avaliação do impacto da edição de novas leis ou da repercussão de decisões judiciais no desenvolvimento econômico do país.

O Colóquio foi organizado em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Direito e Economia (Clacde). Foram abordados os temas: A importância da Análise Econômica do Direito para o Judiciário; A Análise Econômica dos Contratos e do Direito de Propriedade; O Judiciário, a Constituição e Desenvolvimento; presididas pelo ministro Joaquim Barbosa, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, respectivamente.

### **I Ciclo de Palestras “A Práxis do Controle de Constitucionalidade na Atualidade”**

Foi dado início ao I Ciclo de Palestras “A Praxis do Controle de Constitucionalidade na Atualidade”, em comemoração ao Bicentenário do Judiciário Independente do Brasil. O Ciclo prevê a realização de dez palestras com representantes de cortes supremas de diversos países. Em 2007, foram realizadas sete palestras.

#### **1ª Palestra**

Presidente da Corte Constitucional Portuguesa, Juiz Rui Manuel de Gens de Moura Ramos.

#### **2ª Palestra**

Presidente da Suprema Corte de Justiça do Uruguai, Ministra Sara Bossio.

#### **3ª Palestra**

Ministro da Suprema Corte do Paraguai, José Raul Torres Kirmser.

#### **4ª Palestra**

Presidente do Tribunal Constitucional do Chile, Ministro José Luis Cea Egaña.

#### **5ª Palestra**

Membro da Corte Constitucional da Áustria, Ministro Herbert Haller.

#### **6ª Palestra**

Presidente da Suprema Corte da Argentina, Ministro Ricardo Luis Lorenzetti.

#### **7ª Palestra**

Presidente da Suprema Corte do Canadá, Ministra Beverley McLachlin.

### **Memória Jurisprudencial**

Em 27 de junho, foram lançadas as primeiras quatro obras da Coleção Memória Jurisprudencial – uma série de livros com a análise da jurisprudência mais relevante produzida por ministros do STF. Os volumes foram dedicados aos ministros Castro Nunes, Pedro Lessa, Victor Nunes e Aliomar Baleeiro.

A coletânea foi produzida a partir de levantamento realizado pela Secretaria de Documentação, com a análise de juristas convidados para concretizar o estudo. Além da análise jurisprudencial assinada por Samantha Ribeiro Meyer-Pflug, Fernando Dias Menezes de Almeida, José Levi Mello do Amaral Júnior e Carlos Bastide Horbach, cada livro possui um apêndice com acórdãos das decisões.

Em 11 de outubro, foi lançado, no Salão Branco do STF, o quinto volume, que é centrado nas decisões do ministro Ozimbo Nonato. O autor do quinto volume é Roger Stiefelmann Leal.

### **Anuário da Justiça**

Em 29 de agosto, foi lançado o “Anuário da Justiça 2007”, em comemoração aos 200 anos do Judiciário independente brasileiro. A publicação, de autoria da Revista Consultor Jurídico e parceria com FAAP, facilita a compreensão do sistema judiciário brasileiro a partir da análise do funcionamento dos tribunais superiores e do Supremo Tribunal Federal, além de destacar o perfil dos ministros que compõem os tribunais, com as respectivas convicções e tendências. A tiragem foi de 35 mil exemplares.

A publicação apresenta uma análise geral dos julgamentos do STF e destaca uma pesquisa inédita sobre Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs). O levantamento mostra que, a cada dez leis federais contestadas, seis são inconstitucionais.

### **Exposição Rugendas**

Em 26 de setembro, a Exposição Rugendas, composta por obras do álbum “Viagem pitoresca através do Brasil”, foi inaugurada pela Presidente do Tribunal. Foram expostas 50 litogravuras, oito aquarelas, além de cinco peças reproduzidas em “canvas”, suporte similar a uma tela, reunidas pela curadora Alcina Morato. A amostra apresenta trabalhos contemporâneos à instituição do Judiciário independente.

### **Jornada de Direito Luso-Brasileira**

De 17 a 19 de outubro, o Tribunal promoveu o Encontro Luso-Brasileiro, organizado em parceria com o Instituto de Direito Brasileiro da Faculdade de Direito de Lisboa. O evento compôs as comemorações do projeto Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil, com diversas palestras de renomados juristas brasileiros e portugueses.

### **Fórum Permanente de Cortes Supremas do Mercosul**

O Fórum Permanente de Cortes Supremas do MERCOSUL para questões jurídicas de relevância à integração latino-americana realizou, nos dias 8 e 9 de

novembro, o 5º Encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL, na Sala de Julgamentos da Primeira Turma.



Durante a abertura do evento no Palácio do Itamaraty, foi lançado o livro “Encontros de Cortes Supremas: Desafios e Perspectivas no Processo de integração do MERCOSUL”. Essa publicação contém as palestras e os documentos produzidos do 1º ao 4º Encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL.

Este ano, os temas do Encontro foram: a questão previdenciária no processo de integração e o avanço da cooperação judicial no MERCOSUL. Foram proferidas palestras por representantes dos Ministérios da Previdência dos respectivos países do MERCOSUL, da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Tribunal de Justiça das Comunidades Européias.

A reunião dos Presidentes das Cortes Supremas do MERCOSUL resultou na assinatura dos seguintes documentos:

(1) *Declaração do Fórum Permanente de Cortes Supremas do Mercosul e Associados*. Esta Declaração foi motivada pela existência de pressões contra o Poder Judiciário em determinados países do Continente e foi emitida para a reafirmação de que “apenas um Poder Judiciário independente e com meios apropriados pode garantir o respeito das instituições, dos direitos fundamentais dos habitantes e da segurança jurídica” e que “é dever dos demais poderes dos Estados respeitar a garantia da inamovibilidade dos juízes em seus cargos, e a autonomia do Poder Judiciário”.

(2) *Acordo de Cooperação para o Intercâmbio de Informações e de Publicações Através da Utilização de um Banco de Dados de Jurisprudência do MERCOSUL*. Este acordo possibilitou que o site do Fórum Permanente receba os bancos de dados de jurisprudência constitucional das Cortes Supremas do MERCOSUL, com a finalidade de possibilitar que a jurisprudência de cada país esteja disponível para a consulta dos demais de forma simultânea, proporcionando, assim, uma visão comparativa do direito constitucional dos países do Bloco. O acordo também prevê que o Banco de Dados armazenará as decisões proferidas por juízes nacionais que se refiram à normativa do MERCOSUL, buscando-se, deste modo, a verificação da aplicação das normas do MERCOSUL pelo poder judiciário de cada país.

(3) *Projeto Teixeira de Freitas - Acordo com Vistas à Implantação e à Execução do Programa de Estímulo à Cooperação e ao Intercâmbio na Área do Direito no Mercosul*. Este acordo prevê a execução das seguintes ações: a)

mobilidade de estudantes de graduação e pós-graduação, docentes e pesquisadores na área do Direito entre os países da região; b) a cooperação no campo da formação continuada a distância, com o aproveitamento de recursos das tecnologias de teleconferência e da internet; e c) divulgação de trabalhos e materiais de interesse dos profissionais da área em todos os países.

(4) *Declaração do 5º Encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL e Associados.* Este documento registrou a contribuição do Fórum Permanente para alcançar a participação funcional dos órgãos judiciários dos Estados-Partes, reiterou o compromisso com o aperfeiçoamento dos judiciários nacionais e recomendou diversas ações para a implementação dos acordos assinados.

É importante ainda salientar que, no 5º Encontro, foi apresentado, oficialmente, o sítio eletrônico do Fórum de Cortes Supremas do MERCOSUL, disponível nos idiomas português e espanhol. O sítio contém, dentre outras informações, os documentos já produzidos pelo Fórum, os dados dos Encontros já realizados, as Constituições dos Países participantes. Além de dar transparência e acessibilidade a todos sobre as atividades do Fórum, a grande inovação do sítio é o Banco de Jurisprudência do MERCOSUL, criado nos termos do já mencionado Acordo de Cooperação para o Intercâmbio de Informações e de Publicações.

Por fim, cabe registrar que o Supremo Tribunal Federal, representado pelo Ministro Carlos Britto, participou da Reunião Preparatória do 5º Encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL, realizada nos dias 19 e 20 de agosto, em Assunção, Paraguai.

### **Ação Justiça**

Em 8 de dezembro, Dia da Justiça, o STF promoveu o evento “Ação Justiça”, realizado no âmbito das comemorações do Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil.

Voltado à população brasiliense, o evento ofereceu a oportunidade, àqueles que não podem pagar advogado, de receber orientação e sanar dúvidas.

Para as crianças, promoveram-se diversas atrações gratuitas, como brinquedoteca, pintura de rosto, recreação, contadores de estória e distribuição de pipoca e algodão doce.

A saúde dos adultos também recebeu atenção especial no “Circuito de saúde” das tendas do Sesi, montadas no local. Foram realizados exames para verificar a taxa de glicose, a pressão arterial e o nível de colesterol. Também foi prestado atendimento odontológico com escovação orientada, aplicação de flúor e distribuição de kit escovação.

O evento também foi oportunidade de conhecer mais sobre a competência e o funcionamento da Justiça brasileira. Nos estandes, entidades parceiras realizaram pequenas palestras para explicar aos visitantes o trabalho que realizam. Foram distribuídas cartilhas explicativas, transmitidos vídeos institucionais e, ainda, lançadas campanhas relacionadas ao Judiciário. Na ocasião foram distribuídos 5 mil exemplares de Constituição Federal.

Durante todo o dia, foram realizadas apresentações culturais com bandas de reggae, rock, música instrumental, música popular brasileira, dança, capoeira, mímica e apresentação folclórica.

Ao todo, participaram 20 entidades relacionadas aos profissionais do Poder Judiciário, além da Confederação Nacional da Indústria/Sesi e do Governo do Distrito Federal. O Banco do Brasil patrocinou o evento.

### **Documentos Históricos**

Em 1º de junho, a Secretaria de Documentação do STF, em parceria com o Arquivo Nacional, iniciou um estudo sobre os documentos históricos da Casa da Suplicação e do Supremo Tribunal de Justiça, entre outros órgãos que compõem a história do Judiciário, como os Tribunais da Relação.

O acordo foi firmado com o objetivo de conhecer os diversos documentos desde o período imperial, pois nunca foram antes analisados e organizados. A idéia é traçar um perfil de todos os documentos históricos que tratam dos processos mais importantes julgados naquela época.

Uma equipe de dez pessoas das áreas de história, arquivologia e ciências sociais começou a trabalhar com os documentos para separá-los e organizá-los. Após esse trabalho, haverá a digitalização dos processos para que sejam disponibilizados ao público por meio da internet, como já foi feito com os principais processos julgados pelo STF. A previsão é de que esta primeira fase de classificação demore um ano para ser concluída.

### **Concursos de Monografia e Fotografia**

O Supremo Tribunal Federal lançou, em 10 de maio, concursos nas áreas de fotografia e de monografia. A iniciativa fez parte do projeto "Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil".

O concurso de monografia teve por objetivo estimular o debate e a reflexão em torno da história do Judiciário e do direito no Brasil, assim como incentivar estudantes e bacharéis a pesquisarem a evolução da justiça no país. Foram definidas duas categorias – graduados e universitários, de qualquer curso. Foram definidos quatro temas: Os Tribunais da Relação no Brasil; A Justiça no Brasil: da Casa da Suplicação até a criação do Supremo Tribunal de Justiça (1808-1828); A história da Corte Suprema no Brasil: de 1828 até os dias atuais; e, 200 anos do Judiciário Independente no Brasil: História e Perspectivas.

O concurso de fotografia buscou incentivar a reflexão sobre o papel da justiça no Brasil e também a expressão, por meio de imagens, da percepção que se tem do Poder Judiciário. O tema para este concurso é Um olhar sobre o Poder Judiciário no Brasil. Os trabalhos selecionados formaram exposição ora em exibição no Salão dos Bustos e serviram para ilustrar o calendário 2008.

## **Semana Nacional de Conciliação**

A segunda edição da Semana de Conciliação, de 03 a 07 de dezembro, que tem por objetivo promover uma justiça acessível, efetiva, simples e informal, teve impacto em diversos tribunais pelo Brasil, em diversas instâncias.

Na Justiça Federal da 1ª Região, o Movimento pela Conciliação atingiu cerca de 70,44% de acordos, conforme os dados parciais registrados. Das 6.945 audiências marcadas até o dia 8, foram realizadas 6.157, e efetuados 4.337 acordos.

Os dados totais da Semana em Minas refletem o alcance do evento, pois foram atendidas 44.671 pessoas, em 15.877 audiências cíveis e 4.288 criminais, e negociados R\$31.851.519,52 em 6.517 acordos. O índice de êxito nas conciliações foi de 41,05%.

Em todas as 27 Varas do Trabalho do Estado e na sede do TRT, em João Pessoa, foram marcadas 524 audiências e em 330 houve conciliação, resultando em pagamentos de dívidas trabalhista que somaram R\$ 17,722 milhões (R\$ 17.722.780,07). Foram atendidas 944 pessoas.

### **3.2. TV Justiça em sinal aberto**

Em cerimônia realizada em 15 de agosto no Salão Branco, foi inaugurado o primeiro canal da TV Justiça com sinal aberto. O canal 53/UHF passou a transmitir a programação para todo o Distrito Federal. A solenidade fez parte das comemorações do Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil e foi transmitida ao vivo pela própria TV Justiça.

Em 2007, foram realizados programas, entrevistas, reportagens e matérias jornalísticas voltadas para o esclarecimento das decisões judiciais e seus termos, com linguagem simples e de fácil compreensão, buscando aproximar o cidadão do Poder Judiciário.

### **3.3. Rádio Justiça**

Em 29 de maio, a Rádio Justiça passou a operar na frequência 104,7 MHz, com a concessão obtida de canal em FM. Para deixar a programação mais agradável e atrativa, antigos programas foram reelaborados e novos foram criados. Treze novos programas passaram a compor a programação, sendo seis jornalísticos e sete culturais. Os jornalísticos são Justiça Repórter, Hora Legal, Comunidade, Direito Privado, A Justiça Responde e Acesso Público, e os culturais são Justiça em cena, Na Trilha da Vida, No Tempo da Música, CineMúsica, Pro Verbo, Ondas Culturais e Platéia.

Em 18 de setembro, a Rádio Justiça inaugurou o novo portal na internet e com ele a Radioagência Justiça, um espaço que permite a postagem de programas, boletins e reportagens, disponíveis para download de qualquer colaborador e/ou

emissora cadastrados. A Radioagência distribui o conteúdo das reportagens e boletins em onze editorias: STF, Trabalho, Saúde, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Eleitoral, Geral, Criminal, Infância e Juventude, Consumidor e Economia. As radionovelas e as reportagens especiais são postadas como podcast. Até novembro, 110 emissoras já haviam se cadastrado na Radioagência.

Outra melhoria realizada foi a reforma do centro de transmissão da Rádio para adequar o espaço físico da Rádio Justiça tendo em vista e atendimento às novas demandas.

### **3.4. “Acessibilidade – Siga essa idéia”**

Em 21 de setembro, o Supremo Tribunal Federal assinou Termo de Adesão à campanha “Acessibilidade – siga essa idéia”.

A campanha é promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), e tem por objetivo “a sensibilização, conscientização e mobilização da sociedade em prol da eliminação de todas as barreiras que impedem as pessoas com deficiência de exercerem o direito de ir e vir com liberdade”.

O Conade se propõe conquistar o envolvimento dos vários campos da sociedade como a iniciativa privada, organizações não-governamentais, imprensa e órgãos do governo para proporcionarem, através de ações inclusivas, a possibilidade das pessoas com deficiência de desfrutarem dos bens sociais de forma igualitária.

### **3.5. Agenda Ambiental**

#### **3.5.1. Semana Ambiental e Papel Reciclado**

Com o objetivo de complementar a Agenda Ambiental da instituição, o Tribunal promoveu, de 21 a 28 de setembro, a Semana Ambiental do STF. O evento, voltado para os servidores, buscou divulgar critérios ambientais e, em especial, a adoção de papel reciclado pela Corte.

A Semana Ambiental contou com diversas atividades para desenvolver consciência e atitudes corporativas de responsabilidade sócio-ambiental nos servidores.

Ao inaugurar a Semana Ambiental do Supremo Tribunal Federal, dia 21 de setembro, a ministra Ellen Gracie, presidente da Corte, comunicou a adoção de papel reciclado em todos os gabinetes e seções do Tribunal. O Supremo é um dos mais de 400 órgãos públicos que estão engajados na busca permanente de novas formas de aprimorar a economia, a reutilização e a reciclagem no sistema público.

Algumas inovações eletrônicas têm contribuído para a redução do consumo de papel. Entre elas, estão a adoção do processo totalmente virtual, a utilização do Diário Oficial eletrônico, as citações e as intimações por meio eletrônico,

a certificação digital, a requisição eletrônica de documentos instrutórios e o cumprimento de sentenças por meio da troca de bancos de dados.

### **3.5.2. 1.000 Sementes do Futuro**

Em comemoração ao Dia do Servidor e ao Bicentenário da Justiça Independente, realizou-se, em 26 de outubro, o plantio de 1.000 mudas de árvores nativas do cerrado no parque Sarah Kubitschek. O plantio, efetuado por servidores e colaboradores do Tribunal, além de marcar a semana do servidor público, integrou as comemorações do Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil.

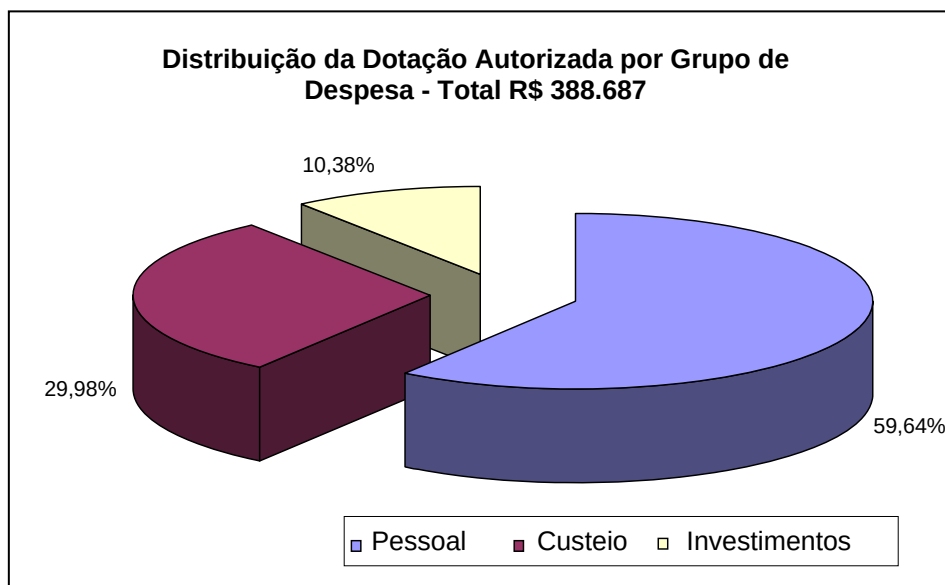
## 4 Orçamento do STF

### 4.1. Da proposta orçamentária

Foi aprovada, por unanimidade, pelos Excelentíssimos Senhores Ministros, a proposta orçamentária do STF, no valor de R\$ 350.459 mil, elaborada atendendo às diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual – PPA 2004/2007 (Lei nº 11.318/06-Revisão) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 11.439/06). Ao ser apreciada no Congresso Nacional, sofreu ajustes, sendo consignados ao Supremo Tribunal Federal na Lei nº 11.451/2007 (Lei Orçamentária Anual), recursos da ordem de R\$ 370.459 mil.

No final do exercício, computados os créditos adicionais e deduzidos os contingenciamentos, o orçamento autorizado do Tribunal foi de R\$ 388.687 mil. Esse montante ficou distribuído da seguinte forma:

- R\$ 231.807 mil para o grupo de despesas “Pessoal e Encargos Sociais”;
- R\$ 116.020 mil para “Outras Despesas Correntes”; e
- R\$ 40.860 mil para o grupo “Investimentos”.

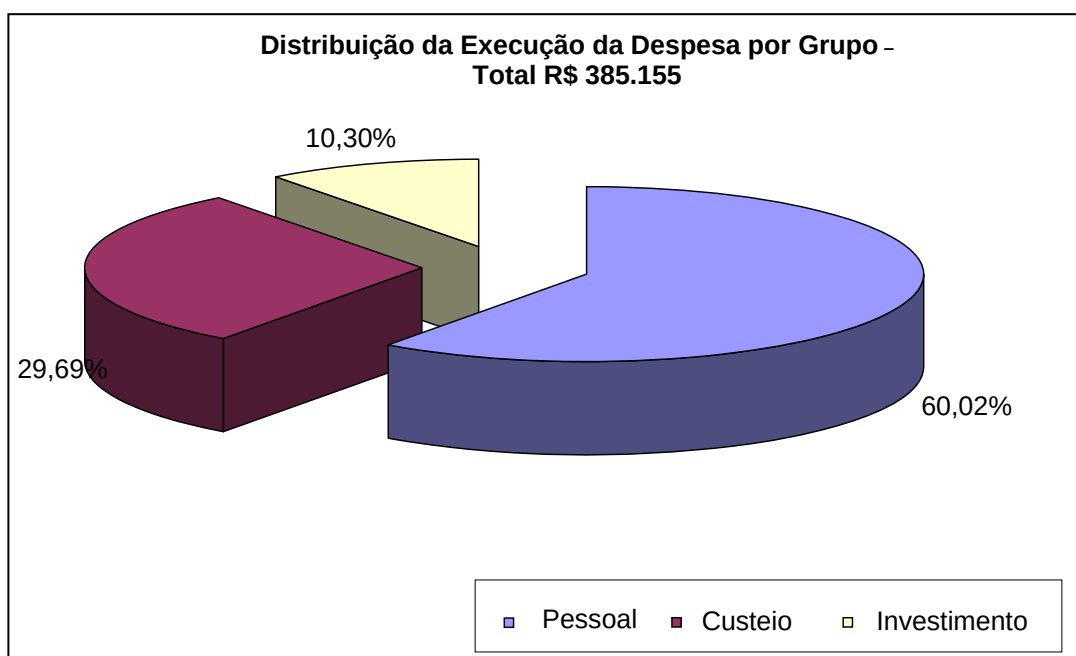


Em cumprimento a disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00), foi efetuada limitação de empenho e de movimentação financeira nas despesas de custeio e de capital no valor de R\$ 7.954 mil, correspondente a 20,33% da base contingenciável (§ 2º do art. 77 da Lei nº 11.439/06-LDO-2006). Posteriormente houve descontingenciamentos por parte do Poder Executivo no valor total de R\$ 3.000 mil, restando um contingenciamento de R\$ 4.954 mil nos Projetos de “Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação (E-jus) e Implantação do Canal Internacional de TV”.

Assim, para efeito de apuração da utilização dos recursos orçamentários e dos demais indicadores de gestão, esse valor será desconsiderado, pois sua utilização foi impedida por fatores externos à programação orçamentária.

#### 4.2. Da utilização dos Recursos Orçamentários

A eficiência na gestão dos recursos orçamentários colocados à disposição do Supremo Tribunal Federal ficou evidente por meio do percentual de execução orçamentária de 99,09%. Do total dos recursos, foram empenhados R\$ 385.155 mil, restando um saldo de R\$ 3.521 mil, ou seja, 0,91%, que representa uma economia efetiva para os cofres públicos.



#### 4.3. Contratações por meio de certames licitatórios ou de dispensa ou inexigibilidade de licitação

Após a liberação do orçamento de 2007, iniciaram-se os procedimentos necessários para a execução dos Programas de Trabalho, tendo sido emitidos empenhos para os contratos com vigências advindas de exercícios anteriores e para aqueles resultantes de certames licitatórios realizados no exercício de 2007 ou de contratações diretas, conforme disciplina a Lei nº 8.666/93.

O Tribunal, no intuito de manter o seu bom funcionamento, providenciou a assinatura de termos aditivos nos casos permitidos em lei, firmou novos contratos e convênios e realizou diversas aquisições no exercício de 2007. Esses procedimentos foram efetivados mediante licitação e por contratação direta, nas hipóteses e formas previstas na Lei de Licitações e Contratos. Convém ressaltar que, para todas as contratações, foram designados servidores do Supremo como gestores, com o

objetivo de acompanhar a execução, bem como foram promovidas as respectivas publicações das compras e contratações no Diário Oficial da União e na Internet, conforme determinações do Tribunal de Contas da União.

Os procedimentos licitatórios foram conduzidos pelas Comissões Permanente e Especial de Licitação, devidamente instituídas, as quais têm por objetivo receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

No que se refere às licitações na modalidade Pregão, foram designados os Pregoeiros e equipes de apoio.

No exercício de 2007, foram realizadas 130 (cento e trinta) licitações, excluídas as consideradas desertas, repetidas, suspensas, anuladas e revogadas, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos, e processadas com a devida análise da Assessoria Jurídica, nas seguintes modalidades: Tomada de Preços, Concorrência Pública e Pregão.

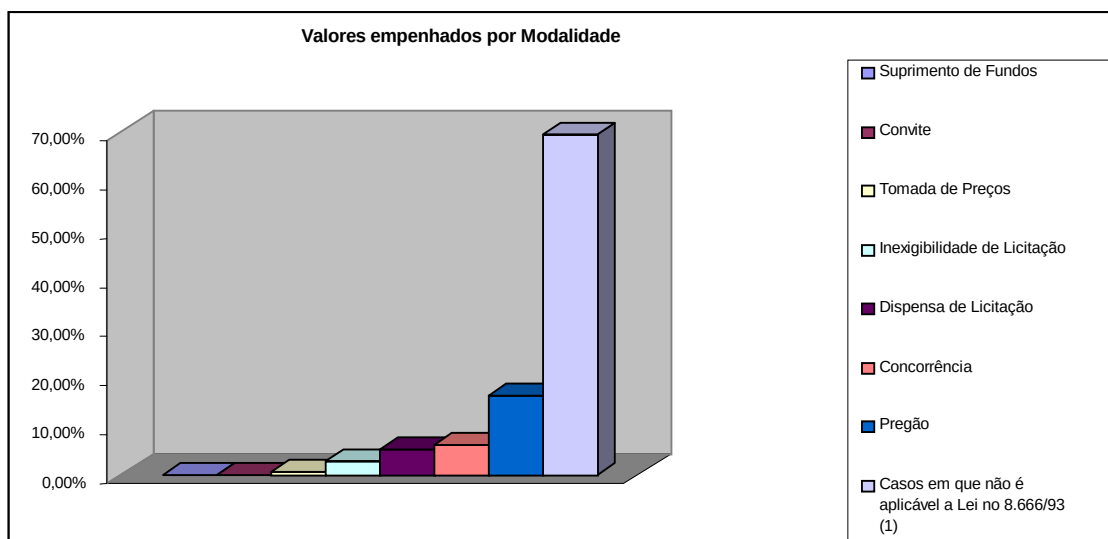
Além disso, foram realizados serviços e compras por dispensa e inexigibilidade de licitação e por suprimento de fundos, distribuídos nos diversos Programas de Trabalho.

Cabe ressaltar que algumas contratações foram realizadas com dispensa de licitação, nos casos de despesas de pequeno vulto e em que se obtiveram, no mínimo, três propostas para comparação dos preços de mercado, seguindo orientação firmada pelo Tribunal de Contas da União.

Os recursos orçamentários do exercício de 2007 foram utilizados por meio de Notas de Empenho, emitidas para contemplar contratações realizadas em exercícios anteriores com previsão de prorrogação da vigência do ajuste, as quais foram resultantes de certames licitatórios ou contratações diretas (dispensa ou inexigibilidade de licitação nos termos da lei), bem como para as contratações realizadas no exercício de 2007, resultantes, também, de certames licitatórios ou de contratações diretas, conforme quadro abaixo:

#### Valores empenhados durante o exercício de 2007

| Modalidade                                         | Valor                 | Percentual (%) |
|----------------------------------------------------|-----------------------|----------------|
| Convite                                            | 0,00                  | 0,00           |
| Tomada de Preços                                   | 2.106.452,30          | 0,55           |
| Concorrência                                       | 37.306.444,24         | 9,69           |
| Dispensa de Licitação                              | 15.108.556,95         | 3,92           |
| Inexigibilidade de Licitação                       | 4.698.094,56          | 1,22           |
| Pregão                                             | 75.578.743,51         | 19,62          |
| Suprimento de Fundos                               | 63.320,60             | 0,02           |
| Casos em que não é aplicável a Lei nº 8.666/93 (1) | 250.293.702,22        | 64,98          |
| <b>TOTAL</b>                                       | <b>385.155.314,38</b> | <b>100,00</b>  |



#### 4.4. Dos Restos a Pagar inscritos em 2006

Em 31 de dezembro de 2006, foi inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 37.463 mil, do qual foi pago o valor de R\$ 28.559 mil, cancelado o valor de R\$ 3.279 mil, restando saldo no valor de R\$ 5.625, prorrogado, por meio do Decreto nº 6.331/07, para execução até 30 de junho de 2008, conforme demonstrativo abaixo:

| <b>AÇÃO</b>                                                   | <b>RP-INSCRITO</b>   | <b>RP-PAGO</b>       | <b>RP-CANCELADO</b> | <b>SALDO</b>                    |
|---------------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------------------|
| Contribuição da União para Custeio da Previdência             | 521.054,89           | -                    | -                   | 521.054,89                      |
| Apreciação e Julgamento de Causas                             | 25.810.163,99        | 19.176.057,52        | 2.184.147,48        | 4.449.958,99                    |
| Recuperação e Modernização das Instalações do STF             | 5.673.724,31         | 5.669.467,31         | -                   | 4.257,00                        |
| Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação      | 236.571,29           | 11.475,29            | -                   | 225.096,00                      |
| Capacitação de Recursos Humanos                               | 314.212,71           | 156.816,67           | 125.233,59          | 32.162,45                       |
| Comunicação e Divulgação Institucional                        | 2.510.250,17         | 1.596.783,21         | 751.163,29          | 162.303,67                      |
| Implantação do Canal de Televisão Internacional               | 32.833,49            | -                    | -                   | 32.833,49                       |
| Assistência Médica e Odontológica dos Servidores e Empregados | 1.827.164,60         | 1.584.590,21         | 218.715,53          | 23.858,86                       |
| Auxílio Alimentação dos Servidores e Empregados               | 112.089,79           | -                    | -                   | 112.089,79                      |
| Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados                | 19.400,00            | -                    | -                   | 19.400,00                       |
| Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores        | 41.918,57            | -                    | -                   | 41.833,49                       |
| Pagamento de Aposentadorias e Pensões                         | 364.114,47           | 364.114,47           | -                   | -                               |
|                                                               | <b>37.463.498,28</b> | <b>28.559.304,68</b> | <b>3.279.259,89</b> | <b>5.624.933,71<sup>3</sup></b> |

Nota1: Na execução dos restos a pagar não foram consideradas na inscrição e no pagamento as retenções, processados de outros exercícios.

Nota2: O saldo na conta de restos a pagar teve a sua validade prorrogada para 30.06.08, conforme autorização por meio do Decreto nº 6.331/07.

Nota3: Incluso o Valor de R\$ 53.700,00, referente a restos a pagar liquidados.

#### 4.5. Dos Restos a Pagar inscritos em 2007

Em 31 de dezembro de 2007, foi inscrito na Conta Restos a Pagar o valor de R\$ 54.317 mil, sendo inscrito na conta Restos a Pagar Não-Processados o

valor de R\$ 50.169 mil, na conta Restos a Pagar Processados, o valor de R\$ 4.114 e a conta de Outros Débitos e Outras Obrigações o valor de R\$ 33 mil, assim distribuídos:

#### Conta Restos a Pagar Não-Processados

| <b>Programa de Trabalho</b>                                                         | <b>Valor dos Restos a Pagar Inscrito</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|
| Capacitação de Recursos Humanos (Atividade)                                         | 382.881,89                               |
| Apreciação e Julgamento de Causas (Atividade)                                       | 21.070.589,07                            |
| Assistência Médica e Odontológica (Atividade)                                       | 1.231.767,00                             |
| Implantação de Sistema Integrado de Gestão – (Projeto)                              | 10.944.924,93                            |
| Comunicação e Divulgação Institucional do Poder Judiciário – TV Justiça (Atividade) | 8.013.828,41                             |
| Aposentadoria e Pensões (Atividade)                                                 | 2.724.243,89                             |
| Recuperação e Modernização das Instalações do STF (Projeto)                         | 5.028.465,64                             |
| Contribuição da União p/ Custeio da Previdência (Atividade)                         | 772.051,04                               |
| <b>TOTAL</b>                                                                        | <b>50.168.751,87</b>                     |

#### Conta Restos a Pagar Processados, Outros Débitos e Outras Obrigações

| <b>Programa de Trabalho</b>                                                         | <b>Valor dos Restos a Pagar Inscrito<sup>1</sup></b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| Apreciação e Julgamento de Causas (Atividade)                                       | 2.551.611,32                                         |
| Implantação de Sistema Integrado de Gestão (Projeto)                                | 23.409,60                                            |
| Capacitação de Recursos Humanos (Atividade)                                         | 3.139,67                                             |
| Comunicação e Divulgação Institucional do Poder Judiciário – TV Justiça (Atividade) | 1.570.166,58                                         |
| <b>TOTAL</b>                                                                        | <b>4.148.327,17</b>                                  |

<sup>1</sup> Não foi considerada a inscrição das retenções e de pessoal a pagar como restos a pagar processados.

## 4.6. Da Execução dos programas de trabalho

A seguir, especifica-se a execução dos programas de trabalho do Supremo Tribunal Federal referente ao ano de 2007:

#### 4.6.1. Apreciação e Julgamento de Causas

Essa ação teve dotação inicial de R\$ 194.494 mil. Com os ajustes realizados (créditos adicionais e provisões) houve acréscimo líquido da ordem de R\$ 4.400 mil, que resultou em um montante de R\$ 198.894 mil. Desses, R\$ 122.495 mil foram utilizados para o atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais e R\$ 76.399 mil para as despesas de manutenção administrativa e investimentos do órgão.

Houve a necessidade de suplementação de crédito no valor de R\$ 16.000 mil para as despesas com pessoal e encargos sociais, em função da regulamentação do Adicional de Treinamento e de Qualificação (Lei nº 11.416, de 15/12/2006) e do pagamento de passivos de pessoal referentes a juros da URV.

##### Resumo da Execução do Programa de Trabalho 02.061.0565.6359.0001 – Apreciação e Julgamento de Causas

| Execução Orçamentária (R\$1,00) |                    |                   |             |             |       | Execução Física* |                  |      |
|---------------------------------|--------------------|-------------------|-------------|-------------|-------|------------------|------------------|------|
| Dotação                         | Suplemen-<br>tação | Cancela-<br>mento | Dotação     | Execução    |       | Previsão         | Execução da Meta |      |
| Inicial (1)                     |                    |                   | Final       | Valor       | %     | da Meta          | Quant.           | %    |
| 194.234.074                     | 23.855.000         | -19.455.000       | 198.894.074 | 197.509.169 | 99,3% | 85.000           | 172.029          | 202% |

\*Processo julgado (unidade)

(1) Inclui dotação destinada à Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remuneração no âmbito do PJ.

A expressiva variação entre a previsão da meta física e sua efetiva execução é explicada pelo aumento substancial da demanda pela prestação jurisdicional registrada nos últimos anos, para a qual este Tribunal vem adotando medidas para diminuição do estoque de processos, como a contratação de novos servidores e o constante aprimoramento na capacitação de seus recursos humanos, visando à adequada satisfação dos anseios da sociedade pelos serviços prestados pelo órgão.

#### 4.6.2. Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Essa ação teve previsão inicial de R\$ 78.577 mil, houve suplementação no valor de R\$ 11.500 mil, para pagamento de passivos decorrente dos juros da URV, ocasionando em uma dotação final de R\$ 90.077 mil. Foi executado com despesas de proventos de aposentadorias e pensões o valor de R\$ 89.435 mil, correspondendo a 99,29% do valor autorizado.

##### Resumo da Execução do Programa de Trabalho 09.272.0089.0396.0001 – Pagamento de Aposentarias e Pensões

| Execução Orçamentária (R\$1,00) |                    |                   |            |            |        | Execução Física* |                  |     |
|---------------------------------|--------------------|-------------------|------------|------------|--------|------------------|------------------|-----|
| Dotação                         | Suplemen-<br>tação | Cance-<br>lamente | Dotação    | Execução   |        | Previsão         | Execução da Meta |     |
| Inicial                         |                    |                   | Final      | Valor      | %      | da Meta          | Quant.           | %   |
| 78.577.417 <sup>(1)</sup>       | 11.500.000         |                   | 90.077.417 | 89.435.221 | 99,29% | 475              | 467              | 98% |

(1) Inclui dotação destinada à Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remuneração no âmbito do PJ.

#### 4.6.3. Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Para essa ação, foram alocados recursos da ordem de R\$ 7.272 mil para custear o benefício para 986 servidores. Houve redução da dotação em R\$ 550 mil, destinados à ação Assistência Médica e Odontológica, por meio de crédito suplementar.

##### Resumo da Execução do Programa de Trabalho 02.306.0565.2012.0001 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

| Execução Orçamentária (R\$1,00) |                    |                   |               |           |        | Execução Física* |                  |     |
|---------------------------------|--------------------|-------------------|---------------|-----------|--------|------------------|------------------|-----|
| Dotação Inicial                 | Suplemen-<br>tação | Cance-<br>lamento | Dotação Final | Execução  |        | Previsão da Meta | Execução da Meta |     |
|                                 |                    |                   |               | Valor     | %      |                  | Quant.           | %   |
| 7.271.829                       | -                  | -550.000          | 6.721.829     | 6.612.034 | 98,37% | 986              | 944              | 96% |

\*Servidor beneficiado (unidade)

#### 4.6.4. Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Para essa ação, foi destinado o valor de R\$ 414 mil para financiar o Auxílio Transporte a 406 servidores que optaram pelo benefício. Houve redução da dotação em R\$ 120 mil, destinados à ação Assistência Médica e Odontológica, por meio de crédito suplementar.

##### Resumo da Execução do Programa de Trabalho 02.331.0565.2011.0001 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

| Execução Orçamentária (R\$1,00) |                    |                   |               |          |        | Execução Física* |                  |     |
|---------------------------------|--------------------|-------------------|---------------|----------|--------|------------------|------------------|-----|
| Dotação Inicial                 | Suplemen-<br>tação | Cance-<br>lamento | Dotação Final | Execução |        | Previsão da Meta | Execução da Meta |     |
|                                 |                    |                   |               | Valor    | %      |                  | Quant.           | %   |
| 414.120                         | -                  | -120.000          | 294.120       | 254.238  | 86,44% | 406              | 342              | 84% |

\*Servidor beneficiado (unidade)

#### 4.6.5. Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Para esse benefício, foram destinados R\$ 1.345 mil para atender a 249 dependentes de servidores de 0 a 6 anos de idade. Houve redução da dotação em R\$ 330 mil, destinados à ação Assistência Médica e Odontológica, por meio de crédito suplementar.

##### Resumo da Execução do Programa de Trabalho 02.365.0565.2010.0001 – Assistência Pré-escolar aos Servidores e Empregados

| Execução Orçamentária (R\$1,00) |                    |                   |               |          |       | Execução Física* |                  |     |
|---------------------------------|--------------------|-------------------|---------------|----------|-------|------------------|------------------|-----|
| Dotação Inicial                 | Suplemen-<br>tação | Cance-<br>lamento | Dotação Final | Execução |       | Previsão da Meta | Execução da Meta |     |
|                                 |                    |                   |               | Valor    | %     |                  | Quant.           | %   |
| 1.344.600                       | -                  | -330.000          | 1.014.600     | 950.718  | 93,7% | 249              | 182              | 73% |

\* Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade).

#### 4.6.6. Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Os recursos alocados nessa ação foram de R\$ 9.182 mil, destinados a complementar o custeio do Plano de Assistência Médica e Odontológica do Programa STF-Med dos Ministros e servidores do Supremo Tribunal Federal.

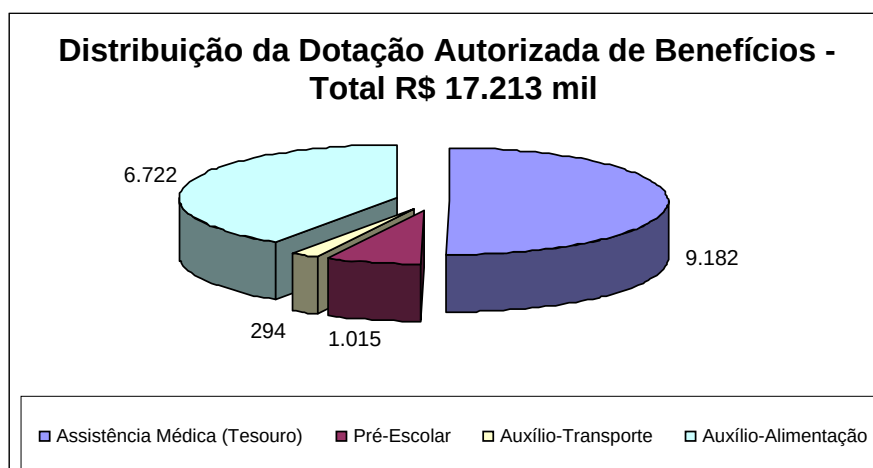
##### Resumo da Execução do Programa de Trabalho

##### 02.301.0565.2004.0001 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

| Execução Orçamentária (R\$1,00) |               |              |               |           |        | Execução Física* |                  |     |
|---------------------------------|---------------|--------------|---------------|-----------|--------|------------------|------------------|-----|
| Dotação Inicial                 | Suplementação | Cancelamento | Dotação Final | Execução  |        | Previsão da Meta | Execução da Meta |     |
|                                 |               |              |               | Valor     | %      |                  | Quant.           | %   |
| 7.500.000                       | 1.682.005     | -            | 9.182.005     | 9.170.328 | 99,87% | 5.844            | 3.768            | 64% |

\* Pessoa beneficiada (unidade).

#### 4.6.7.



#### 4.6.8. Capacitação de Recursos Humanos

Essa ação foi contemplada com recursos no valor de R\$ 1.200 mil, dos quais foram utilizados R\$ 749 mil, no Programa de Capacitação de 878 dos servidores do Supremo Tribunal Federal. Tendo em vista a reforma das instalações do Tribunal, vários eventos internos programados para 2007 tiveram de ser adiados ou cancelados, o que comprometeu a execução dessa ação.

##### Resumo da Execução do Programa de Trabalho

##### 02.128.0565.4091.0001 – Capacitação de Recursos Humanos

| Execução Orçamentária (R\$1,00) |                    |                   |               |          |        | Execução Física* |                  |      |
|---------------------------------|--------------------|-------------------|---------------|----------|--------|------------------|------------------|------|
| Dotação Inicial                 | Suplemen-<br>tação | Cance-<br>lamento | Dotação Final | Execução |        | Previsão da Meta | Execução da Meta |      |
|                                 |                    |                   |               | Valor    | %      |                  | Quant.           | %    |
| 1.200.000                       | -                  | -                 | 1.200.000     | 748.976  | 62,41% | 850              | 878              | 103% |

\* Servidor capacitado (unidade).

#### 4.6.9. Comunicação e Divulgação Institucional

Nessa atividade, foram previstos recursos da ordem de R\$ 24.465 mil, dos quais foram utilizados R\$ 27.781 mil na divulgação institucional do Supremo Tribunal Federal e do Poder Judiciário da União, que compreende o financiamento das ações da TV e Rádio Justiça.

##### Resumo da Execução do Programa de Trabalho 02.131.1389.2549.0001 – Comunicação e Divulgação Institucional

| Execução Orçamentária (R\$1,00) |                     |                   |            |            |        | Execução Física* |                  |        |
|---------------------------------|---------------------|-------------------|------------|------------|--------|------------------|------------------|--------|
| Dotação                         | Suplemen-<br>tação/ | Cancela-<br>mento | Dotação    | Execução   |        | Previsão         | Execução da Meta |        |
| Inicial                         |                     |                   | Final      | Valor      | %      | da Meta          | Quant.           | %      |
| 24.465.320                      | 3.600.000           | -                 | 28.065.320 | 27.781.172 | 98,99% | 32.000           | 31.676           | 98,99% |

\* Matéria Veiculada

#### 4.6.10. Implantação do Canal Internacional de Televisão

Esse projeto prevê a implantação do Canal Internacional de Televisão em parceria com a RADIOBRAS, Câmara dos Deputados e Senado Federal, cabendo ao Supremo Tribunal Federal a parcela de 10% e aos outros co-participes respectivamente, 50%, 20% e 20%. Neste exercício foram alocados R\$ 500 mil, tendo sido contingenciado o montante total destinado à ação, motivo pelo qual não foi possível a utilização dos recursos.

##### Resumo da Execução do Programa de Trabalho 02.722.1032.7134.0001 – Implantação do Canal Internacional de Televisão

| Execução Orçamentária (R\$1,00) |                    |                       |         |          |    | Execução Física* |                  |    |
|---------------------------------|--------------------|-----------------------|---------|----------|----|------------------|------------------|----|
| Dotação                         | Suplemen-<br>tação | Contigen-<br>ciamento | Dotação | Execução |    | Previsão         | Execução da Meta |    |
| Inicial                         |                    |                       | Final   | Valor    | %  | da Meta          | Quant.           | %  |
| 500.000                         | -                  | -500.000              | -       | -        | 0% | 43%              | -                | 0% |

\* Percentual previsto para execução do projeto no exercício.

#### 4.6.11. Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação – E-jus

Foram previstos recursos da ordem de R\$ 25.457 mil, tendo sido contingenciados R\$ 4.454 mil, motivo pelo qual não foi possível a utilização total dos recursos.

##### Resumo da Execução do Programa de Trabalho 02.126.0565.1C15.0001 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação no STF

| Execução Orçamentária (R\$1,00) |                     |                       |            |            |        | Execução Física* |                  |        |
|---------------------------------|---------------------|-----------------------|------------|------------|--------|------------------|------------------|--------|
| Dotação                         | Suplemen-<br>tação/ | Contigen-<br>ciamento | Dotação    | Execução   |        | Previsão         | Execução da Meta |        |
| Inicial                         | Cancel.             |                       | Final      | Valor      | %      | da Meta          | Quant.           | %      |
| 25.457.153                      | -2.000.000          | -4.454.154            | 19.002.999 | 18.526.814 | 97,49% | 50%              | 48,75%           | 97,49% |

\* Sistema Implantado

#### 4.6.12. Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores

Nessa ação, foram previstos recursos para a contribuição da União no custeio da previdência social do servidor público referente à obrigação patronal, tendo sido previstos recursos da ordem de R\$ 19.235 mil, os quais foram executados em sua totalidade.

##### Resumo da Execução do Programa de Trabalho 02.122.0565.9HB.0001 – Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores

| Execução Orçamentária (R\$1,00) |           |         |            |            |      | Execução Física |                  |   |
|---------------------------------|-----------|---------|------------|------------|------|-----------------|------------------|---|
| Dotação                         | Suplemen- | Cance-  | Dotação    | Execução   |      | Previsão        | Execução da Meta |   |
| Inicial                         | Tacção    | lamento | Final      | Valor      | %    | da Meta         | Quant.           | % |
| 19.234.889                      | -         | -       | 19.234.889 | 19.234.889 | 100% | -               | -                | - |

#### 4.6.13. Recuperação e Modernização das Instalações Físicas do STF

Nessa ação, foram previstos recursos para a recuperação e modernização das instalações físicas do STF, tendo sido previstos recursos da ordem de R\$ 10.000 mil, suplementados em R\$ 5.600, cancelados R\$ 600 mil, ocasionando uma dotação final no valor de R\$ 15.000 mil, dos quais foram executados R\$ 14.932 mil.

##### Resumo da Execução do Programa de Trabalho 02.122.0565.11CD.0101 – Recuperação e Modernização das Instalações do Supremo Tribunal Federal

| Execução Orçamentária (R\$1,00) |             |              |            |            |        | Execução Física* |                  |        |
|---------------------------------|-------------|--------------|------------|------------|--------|------------------|------------------|--------|
| Dotação                         | Suplemenção | Cancelamento | Dotação    | Execução   |        | Previsão         | Execução da Meta |        |
| Inicial                         |             |              | Final      | Valor      | %      | da Meta          | Quant.           | %      |
| 10.000.000                      | 5.600.000   | -600.000     | 15.000.000 | 14.931.755 | 99,55% | 42%              | 41,81%           | 99,55% |

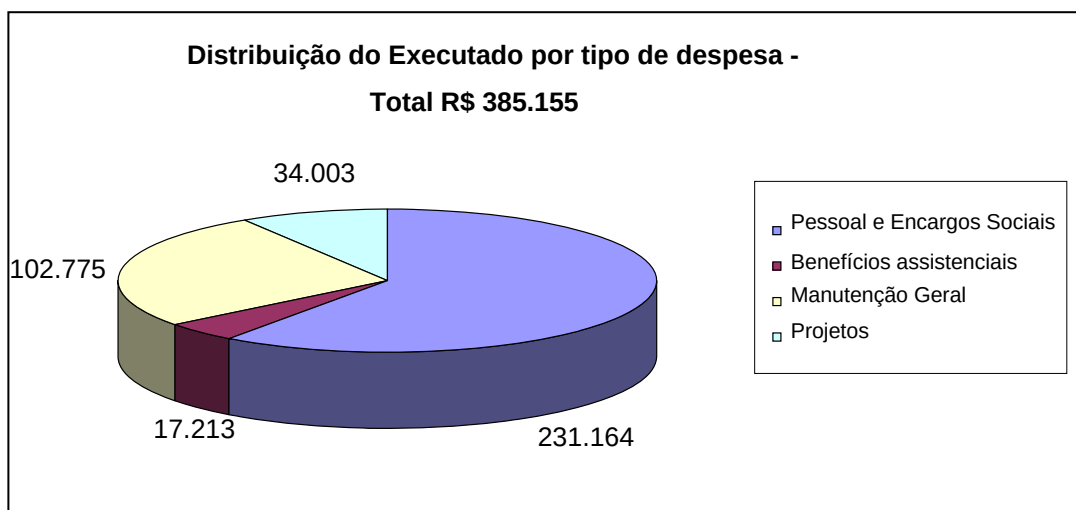
#### 4.6.14. Resumo da Execução Geral do Orçamento

No relatório apresentado fica claro o bom desempenho da Administração em sua execução orçamentária e financeira. De uma forma geral, podemos afirmar que os programas de trabalho tiveram desempenho dentro da expectativa. Dos R\$ 388.687 mil, foram executados R\$ 385.155 mil, o que correspondente a 99,09% de utilização, conforme mostra o quadro a seguir:

#### 4.6.15. Demonstrativo da Execução Orçamentária Total

| Dotação Autorizada | Utilizado |       | Não Utilizado |      |
|--------------------|-----------|-------|---------------|------|
|                    | Valor     | %     | Valor         | %    |
| 388.687            | 385.155   | 99,09 | 3.521         | 0,91 |

R\$ Mil



## 4.7. Indicadores ou Parâmetros de Gestão

São instrumentos que permitem aferir a eficiência, a eficácia e a economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pelo órgão.

Os índices de gestão referentes ao orçamento, após as devidas consultas ao SIAFI, são os que seguem:

### 4.7.1. Equação nº 1 – Índice de utilização orçamentária:

$$\frac{\text{Despesa Realizada}}{\text{Despesa Autorizada}^1} = \frac{385.155.314}{388.687.253} = 99\%$$

<sup>1</sup> Deduzido o valor contingenciado.

### 4.7.2. Equação nº 2 – Índice de utilização orçamentária por Ação:

$$\frac{\text{Despesa Realizada (por Atividade)}}{\text{Despesa Autorizada}^1 \text{ (por Atividade)}}$$

<sup>1</sup> Deduzido o valor contingenciado (despesa autorizada).

#### 4.7.2.1 *Apreciação e Julgamento de Causas*

$$\frac{197.509.169}{198.894.074} = 99,30\%$$

#### **4.7.2.2 Pagamento de Aposentadorias e Pensões**

$$\frac{89.435.221}{90.077.417} = 99,29\%$$

#### **4.7.2.3 Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação**

$$\frac{18.526.814}{19.002.999} = 97,49\%$$

#### **4.7.2.4 Auxílio-alimentação**

$$\frac{6.612.033}{6.721.829} = 98,37\%$$

#### **4.7.2.5 Auxílio-transporte**

$$\frac{254.238}{294.120} = 86,44\%$$

#### **4.7.2.6 Assistência pré-escolar aos dependentes**

$$\frac{950.718}{1.014.600} = 93,70\%$$

#### **4.7.2.7 Assistência médica e odontológica**

$$\frac{9.170.328}{9.182.005} = 99,87\%$$

#### **4.7.2.8 Capacitação de Recursos Humanos**

$$\frac{748.976}{1.200.000} = 62,41\%$$

#### **4.7.2.9 Comunicação e Divulgação Institucional**

$$\frac{27.781.172}{28.065.320} = 98,99\%$$

#### 4.7.2.10 Implantação do Canal de TV Internacional

$$\frac{0}{0} = 0\%$$

#### 4.7.2.11 Recuperação e Modernização das Instalações do STF

$$\frac{14.931.755}{15.000.000} = 99,55\%$$

#### 4.7.2.12 Contribuição da União p/ Custeio da Previdência

$$\frac{19.234.889}{19.234.889} = 100\%$$

#### 4.7.3. Equação nº 3 – Índice de Inscrição na Conta Restos a Pagar:

|                |                |   |        |
|----------------|----------------|---|--------|
| Restos a Pagar |                |   |        |
| Inscritos      | 54.317.079,04  | = | 14,10% |
| Despesa        |                |   |        |
| Empenhada      | 385.155.314,38 |   |        |

Nota: RP inscritos p/ execução no exercício de 2008.

#### 4.7.4. Equação nº 4 – Índice de Restos a Pagar Inscritos em 2006 e Pagos em 2007:

|                 |            |   |        |
|-----------------|------------|---|--------|
| Saldo de Restos |            |   |        |
| Pagos           | 28.559.305 | = | 76,23% |
| Restos a Pagar  |            |   |        |
| Inscritos       | 37.463.498 |   |        |

Nota: RP inscritos p/ execução em 2007.

#### 4.7.5. Equação nº 5 – Índice de Restos a Pagar Inscritos em 2006 e não Pagos:

|                            |            |   |        |
|----------------------------|------------|---|--------|
| Restos a Pagar Inscritos e |            |   |        |
| Não Pagos                  | 8.904.194* | = | 23,77% |
| Restos a Pagar Inscritos   | 37.463.498 |   |        |

Nota1: RP inscritos p/ execução em 2007.

Nota2: \*Consta os restos a pagar cancelados no valor de R\$ 3.279.259,89 e os liquidados a pagar no valor de R\$ 53.700,00.

Nota3: \*Deste total o valor de R\$ 5.571.233,71 refere-se ao saldo da conta restos a pagar a liquidar que teve a sua validade prorrogada para 30.06.08, conforme autorização por meio do Decreto nº 6.331/07.

#### 4.7.6. Equação nº 6 – Índice de Despesas Diretas com Pessoal:

$$\frac{\text{Aplicações Diretas Realiz. c/ Pessoal}}{\text{Despesas Correntes e de Capital}} = \frac{231.164.220}{385.155.314} = 60,02\%$$

#### 4.8. Outros Indicadores de Desempenho

Além dos indicadores apresentados, o Supremo Tribunal Federal iniciou o trabalho de desenvolvimento de outros que não sejam restritos apenas aos aspectos contábeis e orçamentários da gestão. Os novos parâmetros levam em consideração, para seu cálculo, os “produtos” gerados pelas “atividades” estabelecidas no Regulamento da Secretaria e no Manual de Organização do STF.

Com isso, espera-se evidenciar as informações acerca da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos e permitir o estabelecimento de metas a serem atingidas pela Administração e a construção de séries históricas de desempenho. Os primeiros indicadores apurados são os seguintes:

##### 4.8.1. Servidores treinados

**Descrição:** Apresenta o quantitativo de servidores treinados no ano, em relação ao total de servidores do Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de verificar o alcance da meta estabelecida para a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal, bem como verificar a execução da Atividade Capacitação de Recursos Humanos, prevista na LOA/2007. O indicador contabiliza apenas os servidores, independentemente do número de cursos por pessoa.

**Meta:** 50% dos servidores treinados.

**Responsável:** Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal.

**Fórmula:** 
$$\frac{\text{Nº de servidores treinados no ano}}{\text{Total de servidores do STF}}$$

**Resultado em 2007:** 
$$\frac{485}{873} = 55,56\%$$

#### 4.8.2. Economia nas contratações

**Descrição:** Apresenta o percentual de economia obtido pelo Tribunal nos procedimentos licitatórios realizados durante o ano, aferido com base no valor contratado em relação ao valor estimado nas licitações.

**Meta:** 10% de economia.

**Responsável:** Secretaria de Administração.

**Fórmula:** 
$$\frac{\text{Valor contratado nas licitações}}{\text{Valor estimado nas licitações}}$$

**Resultado em 2007:** 
$$\frac{53.398.514,61}{64.227.612,85} - 1 = 16,86\%$$

#### 4.8.3. Disponibilização do banco de dados

**Descrição:** Demonstra o percentual de horas em que o banco de dados do Tribunal esteve disponível em relação ao número total de horas do ano.

**Meta:** 90% de disponibilidade.

**Responsável:** Secretaria de Tecnologia da Informação.

**Fórmula:** 
$$\frac{\text{Nº de horas de disponibilização do banco de dados}}{\text{Nº total de horas}}$$

**Resultado em 2007:** 
$$\frac{8.711}{8.760} = 99,44\%$$

#### 4.8.4. Qualificação dos servidores

**Descrição:** Permite identificar o percentual de servidores com graduação ou mais, independentemente do cargo, de modo que o Tribunal consiga mapear o nível de qualificação dos servidores e formar um banco de talentos.

**Meta:** 50% de servidores qualificados com graduação ou mais.

**Responsável:** Secretaria de Recursos Humanos.

**Fórmula:** 
$$\frac{\text{Nº de servidores qualificados com graduação ou mais}}{\text{Total de servidores do STF}}$$

**Resultado em 2007:** 
$$\frac{634}{873} = 72,62\%$$

#### **4.8.5. Licitações utilizando pregão eletrônico (concluídas e concluídas parcialmente)**

**Descrição:** Apresenta o percentual de licitações realizadas por pregão eletrônico, tendo em vista ser essa modalidade a que melhor oferece um sistema operacional eficiente e que proporcione a competição e a transparência nos negócios.

**Meta:** 80% de pregões eletrônicos.

**Responsável:** Secretaria de Administração.

**Fórmula:** 
$$\frac{\text{Nº de pregões eletrônicos}}{\text{Nº total de licitações}}$$

**Resultado em 2007:** 
$$\frac{131}{138} = 94,92\%$$

Brasília, 2 de abril de 2008.

Sérgio José Américo Pedreira  
Diretor-Geral da Secretaria